

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE HISTÓRIA

Thayná Fuly Garcia

O problema da narrativa nas Ciências Humanas:
uma análise sobre a contribuição da obra de Renato Rosaldo

Rio de Janeiro
2019

Thayná Fuly Garcia

O problema da narrativa nas Ciências Humanas:
uma análise sobre a contribuição da obra de Renato Rosaldo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Charbel Teixeira

Rio de Janeiro
2019

Agradecimentos

A minha jornada na graduação teria sido muito mais difícil se não fosse a companhia daqueles que amo. Apesar de existirem momentos de dificuldade, como sempre acontece em todos os âmbitos da vida, a universidade foi muito importante para meu crescimento pessoal e profissional. Os que me acompanharam foram parte fundamental desse processo.

Meu maior agradecimento é dedicado à minha mãe, a pessoa mais de alma mais forte que conheço. Obrigada pelo maior amor que eu já pude receber e pelo apoio incondicional. Mesmo com todas as dificuldades para criar uma filha sozinha, você nunca deixou de fazer tudo por mim. Concluo essa graduação não apenas pelo meu futuro, mas também por todo nosso passado.

Agradeço também ao Matheus, meu irmão do coração. Eu amo demais ter você comigo desde meu primeiro dia de vida. Seguimos juntos. Aos meus irmãos de sangue, pelo exemplo que sempre foram. Aos meus avós, por dividirem suas histórias e sabedorias comigo.

Eu não tenho nem palavras pra agradecer ao Felipe, o meu apoio em tudo. Obrigada pelo amor, pela paciência e pela paz. Essa aqui foi mais uma das etapas que concluímos juntos. Que venham todas as outras.

Obrigada às minhas grandes amigas, Caroline, Cristhal, Stephanie e Vivian. É muito bom crescer com vocês. À Gabi, pela luz e amor de sempre. À Bárbara, que mesmo com a distância, sempre está comigo.

Não posso deixar de fora os que tive a felicidade de conhecer no curso de História. Lydia, obrigada pela parceria. Meu coração sempre fica feliz com você perto. Natalia, obrigada por todos os momentos de risadas incontroláveis e danças estranhas. Agradeço também a Pilar, a melhor surpresa que eu poderia ter no curso de História. Mônica, eu não sei o que seria de mim sem nossa cumplicidade e nossas conversas filosóficas. Obrigada demais.

Agradeço muito a Alessandra, a pessoa que me acompanha desde o primeiro dia de aula no Instituto de História. Seria difícil passar por tudo isso sem seu carinho e sua companhia. Sentirei falta dos finais de tarde pelo Centro do Rio. Ao Bernardo e ao Vitor, meus amigos do coração. É inexplicável a energia boa que tem nossa amizade. Sem nossas noites boêmias pela Lapa eu não teria chegado aqui.

Um agradecimento muito especial aos professores que foram fundamentais nessa jornada. Ao Alvaro, por me incentivar desde o ensino médio a seguir meus sonhos. Obrigada pela amizade e pelo carinho. Agora somos colegas de profissão! Ao Amilcar Pereira, por sempre compartilhar a paixão pela docência e também por todo o apoio nos momentos que

precisei. À Andrea Daher, pelas aulas incríveis, pela atenção e pelas trocas; sua presença foi fundamental na minha formação. E ao meu orientador Felipe Charbel, obrigada por me ajudar a realizar esse trabalho, pela compreensão e pelo incentivo de sempre.

Resumo

GARCIA, Thayná Fuly. **O problema da narrativa nas Ciências Humanas:** uma análise sobre a contribuição da obra de Renato Rosaldo. Rio de Janeiro, 2019. Monografia (Curso de Graduação em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

As chamadas teorias narrativistas que surgiram no século XX colocaram sob investigação o trabalho das Humanidades, pois passaram a refletir sobre o produto da pesquisa científica, isto é, o texto acadêmico, numa aproximação com a teoria literária, e causaram um impacto significativo nas ciências humanas na contemporaneidade, a partir da contestação dos padrões de representação e imparcialidade do pesquisador em relação a seu objeto de estudo. Partindo do conceito de *ensaísmo autobiográfico*, a intenção deste trabalho é analisar como a produção do antropólogo Renato Rosaldo indica direções para pensar em novas perspectivas de escrita para as Ciências Humanas. As propostas de Rosaldo para uma renovação da escrita da Antropologia abordam a questão da presença do autor/pesquisador na escrita acadêmica, e oferece importantes reflexões sobre a escrita sobre si mesmo como uma forma de escrita sobre o outro.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – A escrita das Humanidades sob investigação: um balanço dos debates sobre as narrativas histórica e antropológica	4
1.1 História e Antropologia: ciência ou arte?	4
1.2 A virada linguística e a autorreflexão das Humanidades	7
CAPÍTULO 2 - O <i>ensaísmo autobiográfico</i> na experimentação escrita de Renato Rosaldo	19
2.1 Algumas considerações sobre o ensaio	19
2.2 A autobiografia como reflexão sobre o outro	21
2.3 Experimentações na escrita das Ciências Humanas: a obra De Renato Rosaldo	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	42

INTRODUÇÃO

Já se passou um século desde que o linguista suíço Ferdinand de Saussure elaborou suas teses sobre a linguagem, e ainda hoje elas ecoam nas fundamentações teóricas de diversos campos das Ciências Humanas. Com a publicação póstuma do *Curso de Linguística Geral* no ano de 1916, as discussões sobre língua e linguagem se intensificaram ao longo do século XX, ao ponto de seu impacto ser designado como uma “virada linguística” (mais conhecido por sua forma na língua inglesa, *linguistic turn*).

Pensadores, filósofos, historiadores, linguistas, antropólogos, sociólogos, entre outros, tinham diante de si o desafio de verificar como a linguagem se constitui na experiência da vida humana, e a consequência de tal empreitada foi o questionamento de algumas “certezas” teóricas e epistemológicas. Esse movimento, se assim posso chamar, marcou, sobretudo, a teoria literária e as ciências humanas.

Me refiro às Ciências Humanas no geral porque, primeiro, essa autoavaliação ocorreu não somente entre os historiadores, e, segundo, porque a minha intenção é fazer uma correlação entre duas áreas das humanidades que, ao menos desde a década de 1970, estão cada vez mais dialogando entre si: a Antropologia e a História. Por serem duas ciências com proximidades e diferenças muito marcadas, acredito que as tentativas de aproximá-las são enriquecedoras para ambas – e essa constatação já foi feita por muitos historiadores e antropólogos. Na reflexão de Natalie Davis sobre a utilidade mútua que história e antropologia têm uma para outra, compactuo com sua opinião a respeito da influência da antropologia para nós historiadores:

[...] o impacto da antropologia em minha própria reflexão historiográfica tem sido o de reforçar meu senso não de um passado imutável, mas da variedade das experiências humanas. Existem conjuntos de relações que se pode conceber como possíveis, mas que esquemas evolutivos não necessariamente comportam. [...] A antropologia pode ampliar as possibilidades, pode nos ajudar a tirar as vendas de nossos olhos e nos proporcionar um novo lugar para ver o passado e descobrir o estranho e o surpreendente na paisagem familiar dos textos históricos. (DAVIS, 2011, p. 340).

Tal aproximação de áreas tem uma historicidade e não pode ser vista como uma abordagem necessariamente recente. Na própria marcha de consolidação das Ciências Sociais como campo científico, tendo Durkheim como o principal percussor da institucionalização da Sociologia, as aproximações entre História e Ciências Sociais, e logo depois também a Etnologia, geraram debates, muitas vezes conflituosos, entre historiadores,

sociólogos e etnólogos, e que foram necessários para a delimitação das áreas de atuação de cada disciplina.

A título de exemplo, podemos nos lembrar da famosa controvérsia entre Fernand Braudel e Claude Lévi-Strauss acerca da legitimidade da história para indagar as estruturas sociais. A proposta de Braudel de uma história de “longa duração”, como direção para a pesquisa histórica, refutara a principal objeção que Lévi-Strauss fizera à história, ao designá-la como responsável pelo estudo do consciente social, enquanto as ciências sociais estariam aptas a investigar as estruturas sociais que são inconscientes¹.

Embora essa troca tenha sido seminal para o conhecimento científico ocidental, acredito que ainda precisamos desenvolver melhor o diálogo entre História e Ciências Sociais, sobretudo na formação básica da graduação. Minha própria experiência como aluna foi atravessada por algumas ausências de debates gerais sobre outras áreas afins à História. Talvez se eu não tivesse me aproximado da área de Teoria da História ao longo do curso, provavelmente algumas discussões filosóficas e sociológicas passariam longe da minha incipiente trajetória acadêmica. Entender a constituição de nossa disciplina é fundamental para a compreensão de nossas falhas, faltas e contribuições, e tal entendimento não passa ao largo de outras áreas do conhecimento.

Dessa forma, o que interessa aqui é compreender os impactos da virada linguística para a produção acadêmica contemporânea, a partir do momento em que ambas as áreas – história e antropologia - realizaram o movimento de reflexão sobre o estatuto de suas produções científicas textuais, e detectar alternativas que estão sendo elaboradas sobre o texto acadêmico, entendido como uma narrativa que contém estruturas ficcionais em consonância com métodos científicos.

Como estudo de caso selecionei a obra do antropólogo estadunidense Renato Rosaldo, que atua como professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Nova Iorque e realizou importante trabalho de campo entre os Ilongots nas Filipinas, e também tem uma sólida produção teórica sobre as relações entre história e antropologia. A partir da morte de sua esposa Michelle Rosaldo, as obras do antropólogo passaram a analisar o impacto das experiências pessoais no trabalho da pesquisa etnográfica.

Partindo da perspectiva do *ensaísmo autobiográfico*, meu intuito é analisar a obra de Rosaldo enquanto um experimento narrativo, que fora impulsionado principalmente pelas teorias narrativistas do final do século XX. Minha análise se concentrará sobre questões como

¹ Cf. RODRIGUES, 2009.

a “presença” (intencional) do pesquisador em seus textos, suas propostas teóricas e as implicações de sua produção para o questionamento da imparcialidade e neutralidade da ciência enquanto uma narrativa, mais especificamente das Ciências Humanas. Mobilizarei as reflexões sobre a escrita ensaística feitas por Theodor Adorno, Georg Lukacs e Roland Barthes, e para tratar dos aspectos autobiográficos, partirei das leituras do trabalho de Leonor Arfuch e, sobretudo, de Diana Klinger.

Vale dizer que a presente pesquisa faz parte de um pontapé inicial para um projeto mais amplo que será desenvolvido na pós-graduação. Pretendo, nesse momento, apenas fazer uma análise inicial da obra de Rosaldo, indicando hipóteses e caminhos a serem aprofundados mais à frente, quando pretendo analisar a obra do historiador Ivan Jablonka, e confrontar as considerações sobre ambos os autores, detectando possíveis direções para o problema do estatuto do texto científico das ciências humanas.

O primeiro capítulo é constituído por um balanço bibliográfico das discussões sobre o problema da narrativa na História e na Antropologia. Mobilizo as considerações dos principais teóricos de cada área, tentando traçar sempre um paralelo do debate em ambas as disciplinas. Em seguida, no segundo capítulo, discuto o conceito de *ensaio autobiográfico* e sua pertinência para a análise da obra de Renato Rosaldo. Farei uma análise concisa da produção de Rosaldo, pois, como já apontado anteriormente, o presente estudo se constitui como uma parte introdutória de questões que serão investigadas posteriormente.

CAPÍTULO 1

A escrita das Humanidades sob investigação:

um balanço dos debates teóricos sobre as narrativas histórica e antropológica

Em meio ao processo de escrita e finalização do presente texto, eu estava lendo um blog que acesso com certa frequência. Numa postagem, o jornalista Matheus Pichonelli² faz uma análise divertida de como a forma de ver futebol mudou após a instituição do Árbitro Assistente de Vídeo – mais conhecido pela sigla em inglês VAR, *Video Assistant Referee* – na Copa do Mundo de Futebol de 2018. Segundo ele, a espera pelo veredito tecnológico transformou o que antes seria um gol garantido em uma espécie de “indício, uma possibilidade de gol”.

A constatação de Pichonelli o leva a uma reflexão sobre como o uso da tecnologia para desmentir boatos e “disse-me-disse” está sendo largamente explorado, sobretudo pelo governo recém-empossado no Brasil. O que diz o presidente (eleito) pelo *Twitter*, o ministro da sua base aliada desmente pelo *Facebook*. Ou algo parecido, quase todos os dias.

Longe de querer esmiuçar os argumentos do jornalista (e cientista social não praticante, segundo ele mesmo), o que me chamou atenção foi para o estalo imediato que surgiu quando li a sua constatação de que “fora de campo, não existe uma tecnologia que volte o lance até a origem para saber se estamos diante de uma fraude ou não. As disponíveis levam tempo e no jargão jurídico são chamadas de inquérito. Podem levar meses até se resolver”. Me pareceu familiar essa ideia, e logo me ocorreu que não poder averiguar o que *de fato* aconteceu é um problema do qual o futebol está tentando se livrar, mas que a História jamais conseguiu.

1.1 História e Antropologia: ciência ou arte?

O debate acompanha o fazer do historiador há séculos. Podemos nos lembrar de como para a história, e antes mesmo dela virar uma disciplina, um campo científico, como a história sempre implicou a veracidade de suas proposições. Desde a Antiguidade, os questionamentos em torno da tarefa e do método para a elaboração de histórias úteis para a vida são muitos.

²PICHONELLI, Matheus. Com tantos desmentidos, o Brasil de 2019 precisa de um VAR. Blog do Pichonelli. 11 jan 2019. Disponível em <<https://matheuspichonelli.blogosfera.uol.com.br/2019/01/11/com-tantos-desmentidos-o-brasil-de-2019-precisa-de-um-var/>>. Acessado em 18/01/2019.

Reinhard Koselleck, por exemplo, retoma a famosa proposição de Cícero sobre a história: “a história é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da velhice, por cuja voz nada é recomendado senão a imortalidade do orador”³. Segundo Koselleck, Cícero indica que a principal utilidade da História seria a de fornecer um conjunto de exemplos que deveriam instruir a vida cotidiana, papel estreitamente relacionado com as funções da retórica⁴. Já François Hartog fez uma ótima análise das questões que historiadores preocupados com a narrativa histórica herdaram da Antiguidade, principalmente de Aristóteles a partir de sua *Poética* e da *Retórica*. Hartog mobiliza também a obra de Tucídides para exemplificar tais questões:

De fato, eles [os primeiros capítulos de Tucídides] lembram uma proeza, na medida em que eles são, ao mesmo tempo, a tentativa mais refletida e acabada de reconstruir os tempos antigos da Grécia e a demonstração definitiva que uma história científica (para empregar um termo moderno) do passado é, de fato, impossível. Baseando-se em indícios (*semeia*), reunindo e confrontando elementos de prova (*tekêmêria*), o historiador pode suprimir o falso, circunscrever o mítico (*muthôdes*), “encontrar” fatos e, o melhor, chegar a uma convicção (*pistis*), mas não a um conhecimento claro e distinto. (HARTOG, 2013, p.20)

E mesmo com o aperfeiçoamento das técnicas de verificação elaboradas na modernidade pelos antiquários⁵, a reflexão sobre as possibilidades de recuperação fiel de um passado por parte dos historiadores sempre se fez presente, e intensificou a partir da consolidação da História como ciência no século XIX, quando se tornou necessário elaborar questões acerca das estruturas que legitimariam um trabalho historiográfico como científico. Ficava evidente a necessidade do estabelecimento de parâmetros para a investigação histórica, afinal ser uma ciência demandaria um compromisso irrevogável com a verdade do conhecimento investigado e produzido - tal como acontecia no método científico que constituía a produção científica das chamadas ciências “duras”.

Entretanto, é curioso perceber que, mesmo no auge da escola histórica metódica, o principal representante, no século XIX, da pesquisa historiográfica fundamentada, sobretudo, em documentos estatais, que seriam as fontes mais neutras e confiáveis para a elaboração de juízos sobre os fatos do passado, Leopold von Ranke indicava uma preocupação também com um outro aspecto da História, agora já investida de seu status científico:

³ KOSELLECK, 2006, p. 43.

⁴ *Ibid.*

⁵ Cf. Momigliano, 2014.

A história distingue-se de todas as outras ciências por ser também uma arte. A história é uma ciência ao coletar, buscar, investigar; ela é uma arte porque recria e retrata aquilo que encontrou e reconheceu. Outras ciências satisfazem-se simplesmente registrando o que foi encontrado; a história requer a habilidade para recriar. Como ciência, a história é parecida com a filosofia; e como arte, com a poesia. A diferença é que, de acordo com suas naturezas, filosofia e poesia lidam com o reino do ideal, enquanto a história deve ater-se à realidade. [...] Nos tempos modernos, nos casos de dúvida, tem-se lidado somente com os elementos de realidade ou então insistido na ciência como único princípio. Têm-se ido tão longe a ponto de fazer a história diluir-se como uma parte da filosofia. De qualquer modo, como foi dito, a história precisa ser ciência e arte ao mesmo tempo. A história nunca é uma sem a outra. (RANKE, 2010, p. 141-142).

O paralelo também se encontra na Antropologia. Pelo próprio caráter da disciplina, sobretudo das etnografias, que pretendem estabelecer descrições culturais, percepções sobre o Outro, alguns textos são considerados como dotados daquelas qualidades que só um texto literário poderia ter. Quem realiza tais considerações é James Clifford, que faz um alerta acerca desses “elogios” para o texto antropológico, que é considerado literário apenas na medida em que se reconhece que ali existe uma factualidade, ou que expressões e técnicas retóricas são classificadas como meros enfeites do texto, “assim, os fatos podem ser mantidos separados, ao menos em princípio, de seu meio de comunicação”⁶.

A preocupação com as dimensões literárias da etnografia e da produção acadêmica antropológica leva James Clifford a lembrar de como os trabalhos de Michel Foucault (1973), Michel de Certeau (1983) e Terry Eagleton (1983) argumentaram que “desde o século XVII [...] a ciência ocidental teria excluído certos modos expressivos do seu repertório legítimo: a retórica (em nome da significação transparente e ‘evidente’), a ficção (em nome do fato) e a subjetividade (em nome da objetividade).” Ou seja, ainda seguindo a argumentação de Clifford, as categorias rejeitadas pela ciência foram designadas para a literatura⁷.

Seriam a História e a Antropologia uma arte? Muitos trabalhos já investigaram e discutiram as proposições desses vários teóricos, filósofos e/ou historiadores, e não cabe aqui enumerar as diversas conclusões e consensos que já se estabeleceram, e que consolidam a História e a Antropologia enquanto campos do conhecimento dotados de métodos e técnicas. Mas o que eu gostaria de ressaltar é a ambiguidade que os relatos sobre o passado nos colocam há tantas gerações, e também sobre a cultura, a partir da virada linguística.

Se antes o discurso histórico estava relacionado às técnicas retóricas, depois diretamente relacionado com a consolidação dos Estados modernos, e se a observação participante não é mais o paradigma que afirma a imparcialidade desinteressada do etnógrafo,

⁶ CLIFFORD, 2006, p. 35.

⁷ *Ibid*, p. 36.

quais seriam as atuais perspectivas para a escrita e a pesquisa da História e da Antropologia? Nesse ponto, eu acredito que as respostas ainda estão sendo formuladas, e foge da minha capacidade elaborar hipóteses adequadamente fundamentadas para o debate. Porém, creio que devemos analisar mais detalhadamente como a virada linguística contribuiu para questões que temos ainda hoje.

1.2 A virada linguística e a autorreflexão das Humanidades

Durante muito tempo a análise dos discursos produzidos pelas ciências humanas ficou “de escanteio” nas disputas acerca dos temas dignos de pesquisa: a história dos grandes personagens e acontecimentos políticos, a história das estruturas – paralelamente ao estudo das estruturas da história -, a história das economias, enfim, uma série de eixos analíticos das sociedades, tanto do passado como do presente, foram surgindo e se imbricando no que parecia ser – e ainda parece – uma infinidade de possibilidades de interpretação da sociedade, abarcando suas variantes e complexidades. Entretanto, uma autorreflexão das ciências humanas só viria a se consolidar a partir de meados do século XX. O olhar voltado para si mesma possibilitou que algumas questões surgissem, e podemos considerar que a principal delas foi a questão da narrativa.

As consequências de levantar dúvidas sobre o texto produzido pelos pesquisadores foram diversas. Alguns consideraram, e talvez ainda considerem as propostas das teorias narrativistas um insulto, pois elas colocariam em xeque o status de ciência conferido às humanidades. O texto de Jurandir Malerba sobre as consequências do giro linguístico na História traz contribuições precisas sobre o assunto:

Um divisor de águas nessa história intelectual foi o chamado giro linguístico. E ele foi decisivo porque em poucos anos aquela segurança de que a história existe ontologicamente e pode ser conhecida cientificamente sofreu uma série de abalos tectônicos, dos quais não mais se recuperou. O foco da metarreflexão deixou de ser a história processo ou os parâmetros da pesquisa metodicamente regulada para recair sobre os protocolos constitutivos do discurso historiográfico. Não sem alguma ironia, esse deslocamento gerou uma avalanche de reflexão teórica, metateórica, filosófica, ou como se queira chamar, como jamais haviam conhecido os historiadores. Todos em busca do que se trata, ao fim e ao cabo, aquilo que resulta do trabalho de pesquisa, mas, sobretudo, do que Ricouer chamou da “fase escritural” do trabalho do historiador.” (MALERBA, 2016, p. 402)

Como analisa Roger Chartier⁸, a história tradicional antes da crise geral que acometeu as ciências humanas, era baseada no paradigma do estruturalismo, que tentava detectar quais eram as forças estruturais que regulavam a vida humana sem a percepção ou a intenção consciente dos sujeitos. Somado a isso, haveria uma necessidade de produção de uma história serial, baseada em estatísticas e números que comprovassem “as relações estruturais que eram o objeto próprio da história”⁹.

Mas essa característica sofrera impacto a partir do momento em que 1) a história buscou restabelecer em suas análises o papel dos indivíduos, ao invés de dar exclusiva atenção às estruturas. Esse movimento culminou no que conhecemos por micro-história, que teve como um de principais expoentes Carlo Ginzburg; e 2) a questão da narrativa se colocou para os historiadores como uma problemática, o que é considerado erroneamente como um retorno da narrativa, segundo Chartier, pois na verdade ela nunca deixara de existir no fazer historiográfico: “como, na verdade, poderia haver ‘retorno’ ou redescoberta onde não houve nem partida nem abandono? A mutação existe mas é de outra ordem. Ela tem a ver com a preferência dada recentemente a algumas formas de narrativa em detrimento de outras, mais clássicas”¹⁰.

O trabalho de Chartier indica um caminho interessante para a prática historiográfica, que é diante de tais polêmicas necessita ter como pressuposto aquilo que ele chama de “irredutibilidade da experiência ao discurso”, ou seja, que as lógicas das experiências nunca serão as mesmas do discurso; a história, então, deve se prevenir “contra o emprego descontrolado da categoria ‘texto’, com muita frequência indevidamente aplicada a práticas (ordinárias ou ritualizadas) cujas táticas e procedimentos não são em nada semelhantes às estratégias discursivas”¹¹.

Delimitar um conjunto de obras relacionadas ao tema da narrativa é uma tarefa que considero um tanto complexa, pelo fato do debate ser constituído por um viés interdisciplinar irrevogável. Teoria literária, filosofia, antropologia, história e linguística intercambiam conceitos e questões que só puderam se manifestar justamente por essa permuta de diferentes áreas das humanidades e das linguagens. Mas para atender às demandas mais enxutas que cabem ao presente texto, gostaria de apresentar autores da área da história e da área da antropologia que elaboraram reflexões primordiais a respeito da questão da narrativa, e todos eles, claro, sempre apontando os elos entre os diversos campos conceituais já citados.

⁸ CHARTIER, 1994.

⁹ *Ibid.*, p. 101

¹⁰ *Ibid.*, p. 103

¹¹ *Ibid.*, p. 105

Na área da historiografia, o estadunidense Hayden White – falecido ano passado – é o grande nome quando pensamos nas referências sobre Teoria da História a partir de meados do século XX. Sua obra, tendo como representante principal o livro *Meta-história*, publicado em 1973, abalou os estudos históricos ao aproximar a historiografia da literatura. Seus trabalhos traçam um paralelo entre as formas de representação que os historiadores utilizam ao escrever seus textos com as formas ficcionais presentes na criação literária, e constatou a inevitável relação entre a ficção e a produção da narrativa, seja ela científica ou não.

A meta-história proposta por White realiza uma reflexão sobre a ciência histórica a partir de questões epistemológicas, de autoridade e da representação científica da disciplina. O principal problema da meta-história seria o próprio *status* da narrativa historiográfica, que geralmente é considerada como um procedimento estrutural de escrita, não passível de análises e experimentações.

White define as narrativas históricas como “ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências”¹², ou ainda como “uma operação literária, vale dizer, criadora de ficção”¹³. O caráter autorreflexivo de tal ponderação sinalizou o caminho árduo que os historiadores tinham diante de si, e o ruído dessa constatação se proliferou; a partir de então, os acadêmicos tiveram que se posicionar a respeito dos discursos que produziam a partir de suas pesquisas e também pensar sobre a “veracidade” que os aparatos metodológicos da historiografia fornecem.

A polêmica foi tamanha que a equiparação da história à literatura fez com que o trabalho de White fosse recebido com muitas críticas negativas. As principais objeções foram no sentido de que White estaria negando a própria possibilidade da História, que sem sua certeza factual estaria esvaziada de sentido. Mas não podemos considerar que White tenha proposto uma demolição da historiografia. Os métodos de verificação através de fontes, principal recurso do método histórico, não seriam inválidos; a autorreflexão que passaria a considerar o discurso como um importante agente de produção do conhecimento não deslegitima a história enquanto ciência. Nas palavras de White,

o discurso histórico não deveria ser considerado primordialmente como um caso especial dos "trabalhos de nossas mentes" em seus esforços para conhecer a realidade ou descrevê-la, mas antes como um tipo especial de uso da linguagem que, como a fala metafórica, a linguagem simbólica e a representação alegórica, sempre significa mais do que literalmente diz, diz algo diferente do que parece significar, e

¹² WHITE, 1994a, p. 98

¹³ *Ibid*, p. 102

só revela algumas coisas sobre o mundo ao preço de esconder outras tantas. (WHITE, 1994b, p. 28)

Podemos parar um pouco nesse ponto para tentar elucidar melhor o que White propôs para a teoria da História. Segundo sua interpretação, a elaboração de uma narrativa sobre eventos passados, ainda que comprovados empiricamente, passa por uma operação de construção de enredo para tais eventos. Ou seja, essa operação, que para White seria menos científica e mais poética, é imposta ao corpo de eventos, na medida em que para a elaboração de uma estória é necessário optar por estruturas de enredo que estão disponíveis na tradição cultural de quem está escrevendo. Esses enredos são constituídos pelos tropos, que White busca na teoria da retórica e identifica como os principais a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a ironia. Segundo White,

Considerados como as estruturas básicas da figuração, esses quatro tropos nos fornecem categorias para identificar os modos de vincular uma ordem de palavras a uma ordem de pensamentos (por exemplo, "maçã" a "tentação") no eixo paradigmático de uma enunciação, e uma fase de um discurso às fases anteriores e posteriores (por exemplo, parágrafos ou capítulos "transicionais") no eixo sintagmático. A predominância de um modo de associar palavras e pensamentos uns com os outros ao longo de todo um discurso nos permite caracterizar a estrutura do discurso como um todo em termos tropológicos. (WHITE, 1994b, p. 31)

A narrativa histórica seria, então, uma mediadora entre o conhecimento sobre o passado e as formas de representar esse passado. Ela não se constitui enquanto uma reprodução fiel dos eventos passados simplesmente pelo fato de ter um método científico de averiguação; é mais do que isso, ela é um ordenamento de símbolos que faz com que uma determinada narrativa seja compreendida. Para White, as narrativas não devem ser consideradas enquanto “signos inequívocos dos acontecimentos que relatam, mas antes como estruturas simbólicas, metáforas de longo alcance, que ‘comparam’ os acontecimentos nelas expostos a alguma forma com que já estamos familiarizados em nossa cultura literária”¹⁴.

Em defesa de uma teoria da história que esteja atenta para suas configurações literárias, White também propõe que os historiadores utilizem as ferramentas da teoria literária, que seria indispensável para a história, justamente porque ela é um discurso escrito.

A teoria literária teria, segundo White, importância tanto direta como indireta para a historiografia. A pertinência direta da teoria literária estaria relacionada com as teorias do discurso que foram elaboradas a partir da teoria da linguagem moderna. Logo, os aspectos literários do discurso histórico seriam mais bem abordados ao mobilizar essas ferramentas

¹⁴ *Id.*, 1994a, p. 108

conceituais, que permitiriam “ao analista do discurso histórico perceber em que medida esse discurso *constrói* seu assunto no próprio processo de *falar sobre ele*”¹⁵.

Já a importância indireta seria a capacidade de elucidação que seus conceitos de “linguagem, fala, escrita, discurso e textualidade”¹⁶ podem promover esclarecimentos sobre alguns problemas centrais da filosofia da história, “tais como a classificação dos gêneros do discurso histórico, a relação de uma representação histórica com seus referentes, o *status* epistemológico das explicações históricas, e a relação dos aspectos interpretativos com os aspectos descritivos e explanatórios do discurso do historiador.”¹⁷.

Aqui podemos destacar a obra de Dominick LaCapra, também historiador estadunidense e ex-aluno de White, que realizou importantes análises sobre a história intelectual e as aproximações com a retórica que o trabalho do historiador exige. Em diálogo direto com a obra de White, o livro *Rethinking Intellectual History. Texts, contexts, language*, publicado em 1983, apresenta uma reflexão sobre a crise epistemológica da historiografia, principalmente no que concerne à enraizada concepção documental da história, que relegaria ao segundo plano a autorreflexão sobre as práticas de escrita e de representação da História.

Inclusive, foi a partir de uma resenha que LaCapra escrevera sobre *Meta-história* que uma atenção maior foi dada à obra de White, e recolocou “na agenda dos teóricos da história a discussão sobre o papel que a linguagem exerce na apreensão, descrição e significação dos eventos históricos”¹⁸. Ricardo Marques de Mello, 2014, p. 180.

Preocupado com um possível direcionamento do autoquestionamento para um relativismo que colocaria em xeque a própria veracidade da disciplina histórica, LaCapra confronta alguns pontos da teoria de Hayden White, embora seja assumidamente um partidário das indagações da meta-história.

LaCapra identifica a teoria de White próxima de um construtivismo, na medida em que afirma a função “criadora” da consciência e por isso relacionada à *poiesis*, em contraste com uma função de “correspondência”, característica do positivismo e da narrativa tradicional, e também próxima de um estruturalismo genético, ao considerar que os quatro tropos identificados por Vico são os principais informantes do discurso.

É interessante a ênfase que LaCapra confere à dimensão retórica na miríade de nuances que atravessam a produção científica do historiador, pois ela evidencia primordialmente os usos da linguagem na historiografia, que segundo LaCapra, “é um estilo

¹⁵ *Id.*, 1994b, p. 26.

¹⁶ *Id. Ibid.*

¹⁷ *Id. Ibid.*

¹⁸ MELLO, 2014, p.180.

de uso da linguagem tenso e confuso”¹⁹. Vale destacar também a estreita relação entre agendas analítico-epistemológicas possíveis e os sustentáculos da profissão do historiador, que se consolidaram através da metodologia científica; essa relação traria uma dificuldade para a autocrítica entre os historiadores: “um modelo documental de entendimento histórico parece menos aberto à crítica na medida em que ele se torna tão profundamente profissionalizado quanto uma tarefa realizada de maneira mecânica”²⁰.

Mobilizo também as concepções do holandês Frank Ankersmit para a agenda da teoria narrativista da História. Formado em história na graduação e em filosofia no doutorado, Ankersmit ocupa uma posição de prestígio entre os teóricos da história contemporâneos. Para reavaliar uma transcendentalidade empregada pelo historicismo modernista, Ankersmit indica a necessidade de historicizar o sujeito histórico. Porém, tal movimento traria o problema do relativismo, que na concepção do autor só se torna um impasse a partir do momento que consideramos a historicização a partir de “verdades absolutas e transhistóricas”²¹.

A escrita pós-moderna, ao contrário da norma metodológica historicista de que o historiador deve contextualizar seu objeto para compreendê-lo, propõe uma autonomia do passado; “a descontextualização ocupa o lugar da contextualização historicista e positivista”²².

Aqui é de grande interesse a correlação que Ankersmit faz com a aproximação da escrita da história pós-moderna com a antropologia; a crítica ao contextualismo se dá no espaço de crítica à outra característica da abordagem historicista, que é aquela de considerar a história [e aqui entendo historiografia] de povos, instituições e camadas sociais como depositária de suas essências e identidades²³.

Quais seriam as consequências da substituição do procedimento historicista pela abordagem pós-moderna? Para Ankersmit, a desepistemologização da história não descarta seus fundamentos. Ao abandonar as pretensões de um acesso imediato ao passado através da historiografia, o texto histórico “precisa ser visto como ‘objeto’ – ou ‘artefato literário’, como o chama White -, e não como a mímese textual do passado”²⁴. As ferramentas necessárias para a análise da historiografia enquanto objeto, sem dúvida, de acordo com Ankersmit, se encontram na crítica literária – e seu uso na teoria pós-moderna parece evidente para o autor,

¹⁹ LACAPRA, 2013, p. 116

²⁰ *Ibid.*, p. 110

²¹ ANKERSMIT, 2006, p. 98

²² *Ibid.*, p. 102

²³ *Ibid.*, p. 103

²⁴ *Ibid.*, p. 104

tal qual “a aplicação da matemática à física teórica”²⁵. Quais seriam, então, as melhores formas de representar o passado no texto historiográfico?

Ankersmit julga necessária uma diferenciação entre aspectos materiais e formais da produção historiográfica para a compreensão do que está em jogo numa proposta pós-moderna da história. As características materiais seriam aquelas correspondentes às descrições que se fazem sobre o passado, já os aspectos formais dizem respeito à representação do passado que os textos pretendem manifestar.

Nesse sentido, a indagação acerca da representação a partir dos aspectos formais da historiografia estaria no centro da investigação pós-moderna, pois “forma narrativa e estilo narrativo, ao contrário do que normalmente se admite, também têm consequências para aquilo que podemos dizer sobre o passado do ponto de vista material”, ou em outras palavras, “forma e narrativa podem ser considerados condições de transmissão de determinados conteúdos da escrita da história”²⁶.

E mais do que deslocar o centro de gravidade da historiografia, uma nova abordagem pós-historicista culminaria na formulação de uma nova epistemologia para a História. Ao invés de fundamentar o conhecimento histórico, tal qual na perspectiva historicista, a epistemologia “é historicizada, contanto que a história da escrita da história se torne daqui para a frente o [seu] fundamento”, o seu “instrumento”²⁷.

Mas existem problemas numa história pós-moderna a serem questionados, segundo Ankersmit: 1) as análises da historiografia pós-moderna se ocupam quase que exclusivamente dos historiadores franceses, especificamente aqueles do período da Restauração; 2) é imperativo para a historiografia pós-moderna que o especialista tenha uma minúcia aguçada para o tratamento dos textos historiográficos, bem como a “utilização sutil e não dogmática dos instrumentos críticos”²⁸; 3) a incapacidade de se estabelecer uma evolução da escrita da história diante dos novos termos que a historiografia pós-moderna coloca; e 4) a ambição de “combinar o *nec plus ultra* do objetivismo (formalismo) com o *nec plus ultra* do subjetivismo (a individualidade do texto)”²⁹, que fragmentaria a produção e impossibilitaria um debate intelectual entre especialistas.

²⁵ *Id. Ibid.*

²⁶ *Ibid.*, p. 105

²⁷ *Ibid.*, p. 106

²⁸ *Ibid.*, p. 110

²⁹ *Ibid.*, p. 111

Diante disso, Ankersmit considera que a historiografia, enquanto disciplina, é morta diante da ascensão da historiografia pós-moderna. E nos coloca uma dúvida sobre o futuro da disciplina.

O que importa aqui é ressaltar os impasses teóricos e epistemológicos que a agenda da meta-história levantou, não só pela delicada aproximação entre história e ficção, que muitas vezes fora mal interpretada, como também pelo que está em jogo quando temos que pensar a respeito de nossas próprias ações profissionais. Esse impasse não é um mérito da História; ele surgiu ao mesmo tempo na Antropologia, num momento em que o discurso sobre o Outro, as etnografias, estavam sendo questionados em virtude das consequências políticas e epistemológicas de sua produção.

No ano de 1986, os antropólogos James Clifford e George Marcus, ambos também estadunidenses, organizaram uma coletânea de artigos escritos por antropólogos, na qual o fio condutor das reflexões fora a escrita de textos etnográficos. Tais ensaios resultaram de um seminário ocorrido em 1984 na School of American Research de Santa Fé; assim, então, se deu o contorno de *A escrita da cultura. Poética e política da etnografia*, obra que marcou, para o campo da antropologia, a autorreflexão a respeito do seu material textual.

Nesses ensaios, os antropólogos sinalizam para a natureza literária da etnografia, a partir de diferentes perspectivas. Assim como faz Hayden White e Dominick LaCapra, a questão das múltiplas ciências envolvidas no embate sempre é destacada pelos autores. Mas o que me parece ser o ponto crucial de todas as reflexões é a relação entre o discurso antropológico e o colonialismo. A revisão das categorias e pontos de referência da Antropologia, a partir da crítica do conhecimento produzido pelo Ocidente, se constituiu como um movimento muito importante na área; James Clifford indica essas transformações logo na introdução do livro: “[as novas histórias] entendem a ciência como um processo social. [...] A autoridade de uma disciplina científica, nesse tipo de relato histórico, será sempre mediada pelas reivindicações de retórica e poder”³⁰.

Com as concepções da produção científica enquanto produto neutro e transparente, as discussões sobre a escrita dos textos etnográficos, seja no trabalho de campo ou na elaboração de uma etnografia, eram deixadas de lado, mas já são consideradas por Clifford, na época, como uma dimensão central do trabalho dos antropólogos. Portanto, a coletânea de artigos, publicada em 1986, “parte do princípio de que os gêneros acadêmicos e literários se interpenetram e que a escrita de descrições culturais é propriamente experimental e ética.”³¹

³⁰ CLIFFORD, 2016, p. 43

³¹ *Ibid.*, p. 32

É importante indicar a presença de Renato Rosaldo entre os colaboradores da obra. Rosaldo faz uma análise interessantíssima da obra de um historiador e um antropólogo, comparando as formas retóricas de autoridade presentes nas obras de ambos, que discutirei mais à frente. Não deixa de ser uma coincidência – curiosa e previsível - que agora Rosaldo esteja sendo colocado como objeto de análise.

Apresentando um histórico das aproximações entre antropólogos e teoria literária, Clifford lembra de cientistas consagrados como Clifford Geertz, Victor Turner, Mary Douglas, Claude Levi-Strauss, Jean Duvignaud, Edmund Leach, Margaret Mead, Edward Sapir e Ruth Benedict, que haviam se aproximado ou pelo menos tinham despertado algum interesse pela literatura e sua teoria. Mas apesar de nomes de peso, essa afinidade não era institucionalizada enquanto uma questão; mesmo com a existência de etnógrafos considerados “romancistas *manqué* [...], a noção de que procedimentos literários perpassam qualquer trabalho de representação cultural é uma ideia nova”³², reflete Clifford.

Na verdade, Clifford considera que as proposições de *A escrita da cultura* não se interessam em definir a “prática literária demarcada como um domínio humanizador, estético ou criativo”; o que está em jogo é o embate contra a cristalização das concepções de arte, literatura, ciência e história. E se for para considerarmos a escrita etnográfica como arte, deve ser no sentido da “arte como modelagem habilidosa de artefatos úteis”, tal como era entendida no século XVIII. O processo de escrita é por si só um trabalho artesanal.”³³

Mais ainda, considerar a categoria de ficção para tratar as etnografias não implica uma refutação da verdade, mas antes indica o caráter parcial das verdades históricas; elas são “ficções no sentido de ‘algo feito ou modelado’, o que é o sentido principal da raiz latina da palavra, *fingere*. Mas é importante preservar o sentido não apenas de construção, mas também de criação, de invenção de coisas que não são de fato reais.”³⁴

“Nesta visão, mais nietzschiana do que realista ou hermenêutica, todas as verdades construídas são tornadas possíveis por meio de “mentiras” poderosas de exclusão e retórica. Mesmo os melhores textos etnográficos – ficções serias, verdadeiras – são sistemas, ou economias, de verdade. O poder e a história atuam por seu intermédio, de formas sobre as quais os autores não têm pleno controle. As verdades etnográficas são, assim, inerentemente parciais – engajadas e incompletas. O ponto é hoje amplamente reiterado – e questionado em aspectos estratégicos por aqueles que temem o colapso de padrões claros de verificação” (CLIFFORD, 2016, p. 38)

³² *Ibid.*, p. 34

³³ *Ibid.*, p. 37

³⁴ *Ibid.*, p. 37-8

Citando o trabalho de Richard Price, Clifford exemplifica como o trabalho etnográfico pode coalizar “autoconsciência política e epistemológica aguda”, sem cair numa “autoabsorção etnográfica”, sem cair no ceticismo de que não é possível elaborar certezas sobre outros povos³⁵.

Esse é um ponto importante do debate. Questionar as estruturas pelas quais nossas pesquisas são elaboradas e difundidas não coloca necessariamente em xeque a própria possibilidade do texto enquanto conhecimento confiável e regulado.

Nesse ponto, até me arrisco a traçar um paralelo com um fenômeno que está deixando a sociedade como um todo mobilizada, principalmente no Brasil do período das eleições: as *fake news*. São recentes os trabalhos que analisam o impacto da disseminação de mentiras através das redes sociais, mas já sabemos que ela possibilitou a eleição de um presidente no Brasil. O conceito para o rebuliço que está sendo causado por conta das *fake news* é o de “pós-verdade”. O termo, inclusive, foi eleito como palavra do ano em 2016 pelo dicionário Oxford³⁶, que a define da seguinte maneira: “*post-truth: relating to or denoting circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief*”³⁷.

Longe de mim querer elaborar uma teoria sobre essa crescente característica da sociedade contemporânea, o que me interessa é apenas pontuar que a objetividade do ofício científico, do ofício das ciências humanas é inquestionável, principalmente em momentos como o atual, em que não importa o fato, mas apenas o que as pessoas opinam sobre ele.

Retornando. O trabalho etnográfico de fato enredou-se em um mundo de desigualdades de poder duradouras e em estado de transformação, e essas implicações continuam. Esse trabalho coloca em cena relações de poder. Mas sua função nessas relações é complexa, por vezes ambivalente, e potencialmente contra-hegemônica³⁸. P. 41

As culturas não posam para fotografias. Esse talvez seja a frase mais emblemática daquilo que se está em jogo quando se questiona a autoridade dos textos em representar o outro. As implicações de transpor percepções, anotações de campo, conversas, entrevistas, enfim, toda a série de recursos metodológicos de análise, para o suporte tipo texto estão configuradas em relações de poder, principalmente se pensarmos o desenvolvimento da ciência ocidental. Apesar de epistemologias não-ocidentais e conhecimentos nativos estarem

³⁵ *Ibid.*, p. 39

³⁶ Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>> Acesso em 25 jan. 2019

³⁷ Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/post-truth>> Acesso em 25 jan. 2019

³⁸ CLIFFORD, *ibid.*, p. 41

cada vez mais adquirindo espaço no ambiente intelectual, narrar o passado ou culturas implica em perdas, em cortes; é o trabalho manual, que já fora mencionado acima.

“Novos estudos históricos dos padrões hegemônicas de pensamento (o marxismo, a École des Annales, o foucaultianismo) compartilham com estilos recentes de crítica textual (a semiótica, as teorias da recepção, o pós-estruturalismo) a convicção de que aquilo que parece “real” na história, nas ciências sociais, nas artes, e até mesmo no senso comum, pode sempre ser analisado como um conjunto restritivo e expressivo de códigos e convenções sociais.” (CLIFFORD, 2016, p. 42)

Evocando a proposta de Bourdieu de análise das produções acadêmicas a partir de um *habitus* e de condições de políticas institucionais, Rabinow propõe que o questionamento da representação ocidental não se reduz apenas a uma crítica ao colonialismo, mas ele também deve ser analisado enquanto um sintoma de dinâmicas políticas na comunidade acadêmica:

Situar a crise da representação no contexto da ruptura da descolonização é algo que, devido ao modo como é feito, basicamente não é o ponto. Isso é verdade na medida em que a antropologia certamente reflete o curso de eventos mundiais mais amplos, e especificamente de relações históricas cambiantes com os grupos que estuda. Afirmar, contudo, que a nova escrita etnográfica surgiu por causa da descolonização deixa de lado exatamente aquelas mediações que dariam sentido histórico ao atual objeto de estudo”. (RABINOW in CLIFFORD, 2016, p. 347)

Deve-se reconhecer os constrangimentos que necessidades profissionais/acadêmicas impõem à produção de textos. Para Rabinow, seria interessante colocar em análise o que fica restrito aos corredores e às fofocas do meio acadêmico; seria necessário analisar como uma carreira é construída e como se obtém estabilidade, porque uma vertente teórica se sobrepõe ou não a outras. “O que quer que seja que saibamos, certamente sabemos que as condições materiais nas quais o movimento textual floresceu deve incluir a universidade com sua micropolítica e suas tendências”³⁹.

As ciências humanas, de um modo geral, passaram por um processo de revisão de suas categorias, movido principalmente pelo questionamento que se tem feito desde meados do século XX à construção do conhecimento feita desde o Ocidente.

A crítica se tem feito dos dois lados; na História, reivindicaram-se agendas de pesquisa que dessem conta da condição dos subalternos, do questionamento da categoria de “oriente”, do protagonismo das mulheres, das populações nativas (e aqui o diálogo com a antropologia se tornou estreito), dos negros e da diáspora africana pelo mundo; já na Antropologia, as indagações foram parecidas, e diria que ainda mais delicadas quando se trata da representação do Outro, que passou a ser reconhecido como sujeito ativo na pesquisa de campo, muitas

³⁹ RABINOW, 2016, p. 447-48

vezes até como autor do texto etnográfico ao lado do pesquisador. Iniciou-se o questionamento da “autoridade etnográfica”:

Se a etnografia produz interpretações culturais mediante intensas experiências de pesquisa, como uma experiência incontrolável se transforma num relato escrito e legítimo? Como, exatamente, um encontro intercultural loquaz e sobredeterminado, atravessado por relações de poder e propósitos pessoais, pode ser circunscrito a uma versão adequada de um “outro mundo” mais ou menos diferenciado, composta por um autor individual? (CLIFFORD, 2008, p.21)

Apesar da subjetividade sempre estar presente nos textos etnográficos, e serem até consideradas importantes para a elaboração da pesquisa, sempre há uma contenção através da retórica impessoal e distante. “Nas etnografias clássicas, a voz do autor sempre esteve manifesta, mas as convenções da apresentação textual e da leitura proibiam uma conexão muito próxima entre o estilo autoral e a realidade representada”⁴⁰. Porém, com a publicação dos diários de Malinowski sobre seu cotidiano nas ilhas Trobriand, as experiências pessoais dos pesquisadores começaram a fazer parte do texto, e os relatos de campo se tornaram uma característica da escrita etnográfica⁴¹.

Dessa forma, uma série de questionamentos foram lançados à antropologia, tanto de “dentro”, a partir do movimento de especialistas em se voltarem para a análise dos seus discursos sobre o outro, como de “fora”, em que movimentos sociais questionaram a epistemologia ocidental como a única produtora de conhecimento, e a ciência já não poderia mais ser colocada enquanto um repositório neutro de informações pesquisadas objetivamente por sujeitos afastados de seus objetos.

As mudanças pelas quais as ciências humanas passaram ao longo de todo o século XX foram fundamentais para a constituição de novas demandas e de novas respostas. O problema da narrativa foi o carro chefe de uma série de questionamentos produzidos pela autorreflexão científica. Tanto a História como a Antropologia precisaram rever seus métodos e suas teorias, a fim de atender às demandas da sociedade em relação ao que se escreve e dissemina sobre si mesma. Fica evidente que o discurso sobre o outro não deve ser mais produzido sem levar em consideração as características e contingências locais dos indivíduos; um compromisso com a verdade demanda uma constante revisão de nossas categorias de análise.

⁴⁰ CLIFFORD, 2016, p.46

⁴¹ *Ibid*, p. 47

CAPÍTULO 2

O ensaísmo autobiográfico na experimentação escrita de Renato Rosaldo

Para analisar as obras de Rosaldo, partirei da categoria do *ensaísmo autobiográfico*. Levo em conta que a análise do discurso científico, principalmente das Humanidades, na medida em que se configura enquanto “artefato literário”, deve ser analisado sob perspectivas que não apenas hermenêuticas, mas também a partir dos interstícios que são inerentes a qualquer texto.

A produção literária, seja ela ficcional ou não, mobiliza inúmeros recursos narrativos em sua composição. Se examinarmos a historiografia, os métodos de validação de sua autoridade são intrínsecos à elaboração de seus textos, de suas formas - como demonstrou Anthony Grafton (1998) a respeito das notas de rodapé no texto histórico, por exemplo. Podemos destacar também as exigências quanto à “interferência” do historiador no texto, que por muito tempo teve que se manter por trás da primeira pessoa do plural para garantir a impessoalidade – logo, a cientificidade – de sua História. Na antropologia também é possível localizar estratégias discursivas semelhantes, principalmente a partir da observação-participante inaugurada por Malinowski – uma análise a respeito foi feita detalhadamente por James Clifford no artigo “Sobre a autoridade etnográfica” (1994).

Nesse sentido, como estabelecer uma categoria de análise para experimentos narrativos nas Ciências Humanas, que não represente a truncada forma científica de elaboração textual, e nem considere as obras como literatura ficcional? O conceito de “ensaio” se mostra, então, como uma ferramenta analítica interessante para obras que transitam entre experimentos literários agregados de cientificidade.

2.1 Algumas considerações sobre o ensaio

Em “O ensaio como forma”, Theodor Adorno reflete sobre as funções da escrita ensaística, principalmente como um processo de contestação das verdades absolutas da Ciência, como uma forma que reflete sobre si mesma e sobre seu conteúdo. O ensaio seria, assim, um campo de “liberdade”, onde a separação entre ciência e arte é questionada, um espaço flexível para a produção escrita. Ao comparar o texto científico e o ensaio, Adorno alega que

se a ciência, falseando segundo seu costume, reduz a modelos simplificadores as dificuldades e complexidades de uma realidade antagônica e monadologicamente cindida, diferenciando posteriormente esses modelos por meio de um pretenso material, então o ensaio abala a ilusão desse mundo simples, lógico até em seus fundamentos, uma ilusão que se presta comodamente à defesa do *status quo*. O caráter diferenciado do ensaio não é nenhum acréscimo, mas sim o seu meio. (2003, p. 33)

Essa flexibilidade também foi analisada por Georg Lukács, em “Sobre a forma e a essência do ensaio: carta a Leo Popper”. A relação do ensaio com aquilo que ele representa, segundo Lukács, é sempre de falar a verdade sobre o seu assunto. Por sempre discorrer sobre coisas já ditas - logo contida em formas - ou já vividas, a essência do ensaio é que ele não deve inventar a partir do nada, ele apenas pode reorganizar:

E como só as reordena, como não cria formas novas a partir do informe, o ensaio também está vinculado às coisas, tendo sempre de expressar a “verdade” sobre elas, de encontrar expressão para sua essência. Talvez o modo mais breve de expressar essa diferença seja a seguinte: a poesia retira seus motivos da vida (e da arte); para o ensaio, a arte (e a vida) servem de modelo. (LUKÁCS, 2017, p. 43)

A análise de Roland Barthes sobre *Recherche du temps perdu*, de Proust, indica um *terceiro gênero* da escrita, entre o ensaio e o romance, que se configura na obra do escritor. Através dessa forma, que estaria na obra de Proust formada a partir da desorganização da cronologia, Barthes atribui algumas missões que tal forma deveria cumprir.

A primeira seria a missão de lhe “permitir *dizer* aqueles a quem amo”⁴², a fim de não cair num “egotismo”, mas sim representar a existência daqueles que amamos como justificadas. A segunda missão dessa forma seria a possibilidade de representar o afeto do autor. Aqui vale citar o próprio Barthes:

Tenho lido um pouco por toda parte que é uma sensibilidade muito “moderna” “esconder a própria ternura” (debaixo de jogos de escritura); mas por quê? Seria ela mais “verdadeira”, teria mais valor porque afetamos escondê-la? Toda uma moral, hoje, despreza e condena a expressão do *páthos* [...], quer em proveito do racional político, quer em proveito do pulsional, do sexual. (BARTHES, 2004, p. 362)

Barthes, então, faz um manifesto convocando uma nova forma de escritura, que toque o leitor e dê conta de suas emoções e da “verdade dos afetos”. Não propõe, porém, um método, se é que seria possível propor uma fórmula para a escrita de um texto que circule entre o romance e o ensaio, mas sua sentença, ao inverter a posição do cientista objetivo, é enfática:

⁴² BARTHES, 2004, p. 361

talvez seja no âmago dessa subjetividade, dessa intimidade mesma de que estive falando com vocês, talvez seja no ‘cume do meu particular’ que sou científico sem o saber, voltado confusamente para essa *Scienza Nuova* de que falava Vico: não deverá ela exprimir ao mesmo tempo a brilhância e o sofrimento do mundo, aquilo que, nele, me seduz e me indigna?”. (2004, p. 363)

A escrita dessa terceira forma seria então a realização de um projeto literário que, aparentemente, está distante da produção da escrita acadêmica. Falar aos que amamos, posicionar nossas emoções simplesmente na representação primordial da ciência, a escrita, ainda parece inviável, ou pelo menos, uma minoria. Não somos, na verdade, muito estimulados a elaborar escritas mais leves ou mais criativas; na verdade, muitas vezes ocorre uma desaprovação de formas diferentes daquelas consideradas ideais; muitas vezes nem sequer analisamos *o que* caracteriza nosso discurso, e por isso perdemos um excelente espaço de experimentação e aprendizagem sobre o que é o principal veículo de disseminação do conhecimento histórico, o texto.

Podemos pensar no fato das representações históricas se disseminarem com maior êxito através da ficção, seja em romances, ou no suporte midiático, como filmes e séries. Claro que é difícil comparar a distribuição e a divulgação de livros acadêmicos, estudos historiográficos, com aquelas feitas pelos meios de comunicação de massa, mas de alguma forma, podemos pensar numa escrita científica que seja mais envolvente, que dialogue com os sujeitos, que faça essa troca entre diferentes espaços e que não fique quase que restrita aos departamentos das universidades. O ensaio, enquanto uma forma livre, fluida, pode oferecer um caminho para pensarmos a escrita histórica e antropológica.

2.2 A autobiografia como reflexão sobre o outro

A relação da escrita ensaística com a autobiografia se dá, então, como uma forma de questionamento dos paradigmas textuais a partir de uma *escrita de si*. Aqui, o trabalho de Diana Klinger (2016) apresenta uma contribuição central para o projeto. Ao analisar a literatura latino-americana contemporânea, Klinger detecta duas tendências que perpassam a produção literária analisada: o “retorno do autor” e a “virada etnográfica”. A primeira se caracteriza pela escrita de si, pela subjetividade autoral presente em textos literários autobiográficos, e a segunda seria a problemática dos limites da representação do Outro, colocada pela antropologia nos anos 1980.

A característica mais marcante da literatura contemporânea latino-americana seria a presença do autor em textos ficcionais, ou seja, os escritos se configuram a partir de uma

confluência entre o real e o fictício⁴³. Para melhor compreensão é necessária a mobilização do conceito de “espaço autobiográfico”, que Klinger busca na obra de Lejeune.

O conjunto de informações referentes à vida do autor ocupa esse espaço, e está presente nos textos contemporâneos, sendo eles declaradamente autobiográficos ou não. Mas o diferencial, segundo Klinger, são aqueles discursos fictícios escritos em primeira pessoa. Como decifrar as ficções que são elaboradas sobre si mesmo? É aí que o terreno da ficção se vê permeado pela não-ficção; elas “não remetem a territórios nitidamente separados”⁴⁴.

E voltamos ao ponto de partida do debate; se nas ciências humanas ocorreu uma autorreflexão e uma subsequente revisão das possibilidades de representação do real através dos textos, sejam historiografias ou etnografias, na literatura a permeabilidade entre o inventado e a realidade da vida do autor se mostra presente; para Klinger, ocorre um movimento, justamente a partir do questionamento da antropologia de suas categorias e de sua aproximação com a teoria literária, ocorre uma “antropologização” no campo das artes e no meio intelectual, de um modo geral, que resultou num crescente interesse pelas figuras marginalizadas da sociedade. O movimento seria, então, duplo: o autor parte da composição escrita que versa sobre si mesmo, e ao mesmo tempo se aproxima de outridades que estão em seu campo de observação e que entram no seu discurso⁴⁵.

Podemos imaginar, então, que algo acontece na sociedade para que as narrativas autocentradas se multipliquem e ganhem uma robusta relevância, seja na literatura ficcional, histórica ou antropológica. Certamente, o impacto das tecnologias midiáticas está estreitamente relacionado com os múltiplos canais disponíveis para falar sobre si mesmo. Leonor Arfuch expõe esse argumento em sua obra esclarecedora acerca do espaço biográfico na contemporaneidade. Segundo a autora,

No horizonte da cultura- em sua concepção antropológico-semiótica-, essas tendências de subjetivação e autorreferência, essas “tecnologias do eu” e do “si mesmo”, como diria Foucault ([1988]1990), impregnavam tanto os hábitos, costumes e consumos quanto a produção midiática, artística e literária. Consequentemente, com a consolidação da democracia brotava o democratismo das narrativas, essa pluralidade de vozes, identidades, sujeitos e subjetividades que pareciam confirmar as inquietudes de algumas teorias; a dissolução do coletivo, da ideia mesma de comunidade, na miríade narcisista do individual. (ARFUCH, 2010, p. 19)

Klinger detecta dois momentos da *escrita de si* na ficção latino-americana: o primeiro se localiza no momento de formações das identidades nacionais das recém-independentes

⁴³ KLINGER, 2012, p. 10

⁴⁴ *Ibid.*, p. 11.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 13

nações. As escritas (auto) biográficas do século XIX estavam na trilha da consolidação dos personagens políticos como representantes do Estado, com a pretensão de celebrar os valores oligárquicos, com vistas de sufocar as representações de outras camadas sociais que não a elite⁴⁶, camadas essas que explicitam a complexa configuração social das sociedades latino-americanas, que são múltiplas em suas formações culturais, exatamente devido ao processo de colonização, imigração e convivência de culturas díspares no mesmo espaço.

Já o segundo momento apresentado por Klinger se encaixa no período de redemocratização dos países latino-americanos após experiências simultâneas de ditaduras militares nas décadas de 1970 e 1980. A escrita autobiográfica nesse cenário se deu em torno das experiências políticas dos exilados e dos sobreviventes dos regimes ditatoriais. Aqui, diferente da consolidação dos estados nacionais, aqueles mesmos que perpetraram os regimes de exceção, agora a intenção se volta para a ordem da literatura como testemunho – Klinger assinala que, até os dias atuais, os romances sobre as ditaduras têm vigor na Argentina e no Chile, “até o ponto que se pode dizer que desde o retorno da democracia, a recuperação da memória e a luta contra o esquecimento definem boa parte das práticas culturais e literárias desses países”⁴⁷. Infelizmente parece ser um tanto sintomático que a ausência de uma pujante produção literária no Brasil sobre seu próprio período ditatorial esteja em consonância com a eleição, para a presidência do país, de um político que abertamente defende a tortura e reverencia os militares que a praticaram.

E, por fim, como um terceiro momento da literatura latino-americana, estão os romances que não estão necessariamente relacionados com o testemunho, mas sim aparecem “como indagação de um eu que, a princípio, parece ligado com o narcisismo midiático contemporâneo. É verdade que toda contemplação da própria vida está inserida numa trama de relações sociais, e, portanto todo relato autobiográfico remete a um ‘para além de si mesmo’”⁴⁸. Mobilizando Arfuch, Klinger indica que “todo relato de experiência é, até certo ponto, expressão de uma época, uma geração, uma classe”⁴⁹.

Aqui vale retomar Arfuch quando ela faz uma genealogia da escrita autobiográfica na modernidade. Segundo a autora, a escrita de si toma forma na medida em que o individualismo burguês vai se consolidando; Rousseau seria o exemplo da nascente literatura autobiográfica, com o seu *Confissões*. Segundo Arfuch, a escrita autobiográfica se configura

⁴⁶ *Ibid.*, p. 19

⁴⁷ *Ibid.*, p. 20

⁴⁸ *Ibid.*, p. 21

⁴⁹ *Id.*

como um valor literário, mas também como um espaço para a reflexão sobre si mesmo⁵⁰. Mais ainda, Klinger recorre a Foucault para nos lembrar que o exercício de escrita sobre si é uma tradição que remonta à Antiguidade: a escrita autorreflexiva se configuraria, então, como um exercício para a *formação de si*:

Foucault argumenta que de todas as formas de *askêsis*, ou seja do treino de si por si mesmo, focado à arte de viver (abstinências, meditações, exames de consciência, memorização, silêncio e escuta do outro), a *escrita* – para si e para o outro – desempenhou um papel considerável por muito tempo. A escrita como exercício pessoal, associada ao exercício do pensamento sobre si mesmo, constitui uma etapa essencial no processo para o qual tende toda a *askêsis*: a elaboração dos discursos recebidos e reconhecidos como verdadeiros em princípios racionais de ação. (KLINGER, 2012, p. 23)

O cuidado de si característico da Antiguidade teria sido, aos poucos, sendo enxertado com o *conhecer a si mesmo* da nascente moral cristã medieval, na qual ocorreria uma negação do eu em detrimento de uma purificação espiritual; era separação do mundo carnal do mundo etéreo. Mas na modernidade essa subjetividade se modificaria, a partir dos questionamentos renascentistas, com o advento da Reforma e com a progressiva secularização do Ocidente; o sujeito passou a ter sua individualidade legitimada enquanto experiência descolada de padrões prescritos, sobretudo religiosos⁵¹.

Essa centralidade do sujeito seria questionada, ainda seguindo Klinger, com a crise do sujeito, elaborada, sobretudo, a partir de Nietzsche, que decreta a morte de deus e do homem. No século XX, Foucault indicaria a morte do autor, na medida em que a escrita teria como característica a própria ausência daquele que escreve. O que existiria, então, seria a “função autor”:

De fato, para Foucault, o autor existe como *função autor*: um nome de autor não é simplesmente um elemento num discurso, mas ele exerce um certo papel em relação aos discursos, assegura uma função classificadora, manifesta acontecimento de um certo conjunto de discursos e se refere ao estatuto deste discurso no interior de uma sociedade e no interior de uma cultura”. (KLINGER, 2012, p. 29)

Mas e na contemporaneidade, qual seria o estatuto da autoria e do sujeito que elabora a escrita? Seguirei aqui a sugestão de Klinger, que indica que não podemos mais reduzir o autor a uma função, na medida em que as subjetividades estão cada vez mais exploradas e expostas, a partir do desenvolvimento de uma exposição midiática do autor, somadas à crítica pós-

⁵⁰ ARFUCH, 2010, p. 36

⁵¹ KLINGER, *op.cit.*, p. 26

estruturalista e à democratização dos espaços pelos quais os indivíduos se posicionam, que, combinadas, levaram à crescente demanda pela pessoa por trás do discurso⁵².

Vale analisar mais de perto a argumentação de Klinger segunda a qual, a etnografia marca o fazer artístico da contemporaneidade. Um primeiro momento de confluência entre a prática artística e a etnografia se deu no início do século XX, no momento em que o Surrealismo estava mobilizando culturas ditas primitivas para realizar “uma reivindicação do não normativo: a loucura, o ocultismo, o subconsciente, a sexualidade, os sonhos o maravilhoso”⁵³.

Tal aproximação da perspectiva surrealista com o resgate de formas culturais não ocidentais abriu precedente para uma “‘virada etnográfica’ na arte e na teoria nos últimos trinta anos, as duas comprometidas com a ‘outridade’ cultural”⁵⁴. Mas a perspectiva que Klinger indica não parte de mobilização metódica do ferramental etnográfico, mas sim de uma “atitude etnográfica”, ou seja, de colocação do artista na posição de observador-participante de realidades culturais distantes⁵⁵.

Esse posicionamento se daria na esteira de uma movimentação política em torno da produção literária, que num primeiro momento era caracterizada pela concepção do escritor como sujeito comprometido em abordar realidades dos desfavorecidos, sobretudo de uma cultura proletária. Posteriormente, com as teorias pós-estruturalistas, se constituiria a concepção do “artista como etnógrafo, paradigma no qual o artista se compromete com um outro definido não em termos socioeconômicos, mas culturais ou étnicos”⁵⁶. Entretanto, o que ambas as abordagens teriam em comum, segundo Klinger, seria uma fantasia primitivista, a percepção de que o Outro estaria num estado puro da vida social, o qual o ocidente há muito teria perdido.

E em qual momento estaria a produção artística com veia etnográfica agora? Klinger sugere que seria um período de apagamento de tal fantasia primitivista, pois as camadas excluídas da produção de discurso estariam cada vez mais ocupando esses espaços, estão divulgando, seja através da fala ou da escrita, suas percepções de si e do outro, e também pelo fato de que já é possível para o ocidente perceber que as culturas não-ocidentais não são cristalizadas no tempo, não são dotadas de uma pureza primitiva⁵⁷⁵⁸.

⁵² *Ibid.*, p. 30

⁵³ *Ibid.*, p. 62

⁵⁴ *Ibid.*, p. 61-62

⁵⁵ *Ibid.*, p. 63

⁵⁶ *Ibid.*, p. 64

⁵⁷ Embora muitas pessoas se choquem ao saber que comunidades indígenas utilizam *smartphones*, *internet* e roupas...

O que dialoga diretamente com a crise de representação da etnografia da qual fiz uma breve exposição no primeiro capítulo. O questionamento da capacidade de elaboração discursiva sobre outras culturas, que implicou na problematização do conceito de cultura e de representação, produziu uma autorreflexão sobre o próprio agente que escreve, seja antropólogo, historiador ou artista:

A virada pós-moderna na antropologia produzida a partir do esgotamento do estruturalismo (que talvez seja mais apropriado chamar de “virada pós-estruturalista”), então, implica um “retorno do autor”, que se vem intensificando e ocorre em paralelo ao que acontece nas ciências sociais e na literatura, e até na mídia [...]. A questão não é menor, pois implica o reconhecimento de que, na antropologia, não se trata do “mundo dos outros” mas do mundo “entre nós e os outros”. Nesta visão, a “cultura” é sempre relacional, considerada como uma inscrição do processo comunicativo que existe, historicamente, *entre* sujeitos imersos em relações de poder. (KLINGER, 2012, p. 72)

Partindo desse pressuposto, interessa aqui o conceito mobilizado por Klinger para analisar a qualidade da autoria na literatura latino-americana contemporânea: a “auto-etnografia”. Uma das características da sociedade pós-moderna é o esvaziamento da experiência, no sentido da *Erfahrung* de Walter Benjamin⁵⁹, em prol da vivência, ou seja, o que vale é o contato com o outro, ao invés de uma elaboração de um saber sobre o outro:

O narrador “etnográfico” não coloca seu relato no lugar de um conhecimento (*Erfahrung*) sobre o outro, nem pretende falar *em nome dele*, mas narra sua vivência (*Erlebnis*) subjetiva, na relação com o outro. Daí a importância da primeira pessoa, a exposição do artifício da escritura, que – contra qualquer transparência representacional – torna “opaca” a escrita sobre o outro. Por isso é crucial o cruzamento das duas perspectivas: a escrita sobre o outro só será possível se ao mesmo tempo se põe em dúvida o sujeito mesmo da fala. (KLINGER, 2012, p. 94)

A “auto-etnografia” se constitui então a partir do momento em que grupos antes objetos de etnografias passam a ser os próprios agentes que praticam a análise sobre sua comunidade, ou quando o antropólogo explora sua vivência pessoal na escrita etnográfica⁶⁰. É nesse ponto que nos interessa mobilizar o conceito como uma forma de analisar a obra de Rosaldo. A antropóloga Deborah Reed-Danahay categoriza em dois termos as formas de auto-etnografia: a primeira seria uma “etnografia autobiográfica”, que seria um tipo de etnografia

⁵⁸ *Ibid.*, p. 66

⁵⁹ Klinger faz uma excelente elucidação sobre os tipos de narração categorizados por Benjamin. A distinção feita pela autora entre os conceitos de experiência (*Erfahrung*) e vivência (*Erlebnis*) são importantes para a elaboração de Benjamin, embora não caiba na minha exposição explorá-los.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 94

que incorpora experiências pessoais; já a segunda categoria seria a de “autobiografia etnográfica”, na qual o que é enfatizado são as experiências pessoais do etnógrafo⁶¹.

Ambos os conceitos parecem ser essenciais para o meu problema aqui. Para uma escrita antropológica que reflita sobre seu próprio ato de escrever através de uma reflexão sobre si mesmo, é fundamental que sejam analisadas as implicações conceituais e teóricas para tal empreendimento. Se o espaço da escrita científica já não comporta imparcialidade, objetividade e neutralidade, é justo que no processo de elaboração científica as implicações do *eu* do cientista sejam colocadas sob análise, sem nenhuma pretensão de ser mais ou menos verdadeiro, mas sim de “jogar limpo” com os envolvidos no trabalho e com o público leitor.

2.3 Experimentações na escrita das Ciências Humanas: a obra De Renato Rosaldo

O que abre o caminho para começarmos a pensar sobre a obra do antropólogo Renato Rosaldo. Nascido nos Estados Unidos e filho de uma americana com um mexicano, Rosaldo se graduou em história e literatura espanhola e fez doutorado em antropologia, ambas em Harvard. Seu trabalho etnográfico foi construído, sobretudo, a partir de sua pesquisa entre os Ilongots, uma sociedade nativa que habita nas Filipinas. Sua formação garantiu uma aproximação com a história que perpassa muitas de suas reflexões e práticas.

Michelle Rosaldo era sua esposa, e também fez pesquisas entre os Ilongots. Seus trabalhos foram importantes para as discussões sobre gênero na antropologia. Michelle e Renato tiveram dois filhos juntos, e os levavam para o trabalho de campo nas Filipinas. O que está no cerne da produção do antropólogo é a morte acidental de Michelle (“Shelly”) durante visita a uma aldeia nos arredores dos Ilongots. É certo que essa experiência de luto atravessa toda a teoria de Rosaldo, como uma escrita sobre a própria vida usada para (d)escrever o outro.

Antes de falar de sua obra, eu gostaria de fazer uma observação. Pela própria característica de Rosaldo ser fluente em inglês e espanhol, eu utilizei aqui versões de suas obras em ambos os idiomas, quando não foi possível localizar a tradução para o português. Na verdade, pouco de sua obra está traduzido para o português.

Talvez o artigo mais importante da obra de Rosaldo seja “*Grief and a Headhunter’s Rage*”, que introduz o livro “*Culture and Truth*”. Em entrevista concedida a Fiamma Montezemolo, Rosaldo detalha um pouco processo de escrita, do retorno à antropologia após

⁶¹ “In the first set [forms of ‘autobiographical ethnography’], the emphasis is on ethnography that incorporates personal experience, while in the second [forms of ‘ethnographic autobiography’], the emphasis is on the personal experiences of the ethnographer”. (REED-DANAHAY, 2009, p. 31).

a morte de Shelly. Desde a dificuldade em encontrar o termo mais adequado para o luto, que muitos antropólogos descreviam como *mourning*, mas que para Rosaldo era algo a mais, algo como *bereavement* ou *grief*, até toda a literatura antropológica que ele tivera que repassar para perceber o quanto a escrita etnográfica do luto era formal e convencional, distanciada, “que no tiene nada que ver con el proceso del más afectado”⁶². Assim, era preciso repensar a forma de lidar e representar o luto do próximo, do outro, e Rosaldo tivera esse ímpeto através do seu próprio processo de luto.

No período em que Rosaldo fez trabalho de campo entre os Ilongots, nas Filipinas, apesar da sua orientação intelectual estar consonante com um relativismo cultural, a “caça de cabeças” promovidas pelos homens Ilongots em períodos de luto lhe parecia incompreensível, uma prática que lhe era moralmente repreensível⁶³. Provavelmente, Rosaldo diz, ele havia confundido luto com tristeza, o que se confundia com sua própria incapacidade de perceber a força que a raiva do luto pode ter. Porém, esse cenário mudou após a morte de Shelly: “*only after being repositioned through a devastating loss of my own could I better grasp that Ilongot older men mean precisely what they say when they describe the anger in bereavement as the source of their desire to cut off human heads*”⁶⁴.

Aqui chegamos ao ponto principal da convocação de Rosaldo a elaboração de uma etnografia que leve em conta a força cultural das emoções. Tentar compreender os termos pelos quais outras culturas lidam com suas emoções, seja o luto, a morte, ou qualquer que outra, requer uma aproximação do etnógrafo, uma compreensão do Outro que deve ir além de uma observação-participante.

Podemos perceber como Rosaldo articula tais perspectivas em sua escrita: estão presentes em *Grief*, por exemplo, a experiência da morte de Shelly enquanto um *insight* sobre a dor e a raiva do luto, que ele nunca havia experienciado antes; ao escrever sobre sua própria experiência - e aqui acho que podemos lembrar as categorias de Benjamin mencionadas anteriormente, de experiência (*Erfahrung*) e vivência (*Erlebnis*) – Rosaldo descreve sua reação ao ver o corpo de Shelly, suas emoções pós-luto, como o processo de escrita do artigo fora catártico e até mesmo os sintomas físicos que o acometeram nos dias que antecederam a escrita da introdução:

When the initial version of this introduction was most acutely on my mind, during the month before actually beginning to write, I felt diffusely depressed and ill with a

⁶² MONTEZEMOLO, 2003, p. 333.

⁶³ ROSALDO, 1997, p. 90.

⁶⁴ *Id.*, 1993, p. 168

fever. Then one day an almost literal fog lifted and words began to flow. It seemed less as if I were doing the writing than that the words were writing themselves through me. (ROSALDO, 1993, p. 171-172)

Somada aos seus relatos e descrições emocionais, Rosaldo também mobiliza as perspectivas locais na escrita etnográfica, mais precisamente no momento em que o estado filipino havia proibido a prática de “caça de cabeças” entre os Ilongots. Diante da morte de um bebê Ilongot, o pai da criança estava num estado de dor intensa e, após algumas semanas, ele se convertera ao cristianismo. A análise de Rosaldo, de que essa conversão representara uma maneira de evitar a morte de outros membros da família, fora prontamente anulada quando um de seus amigos entre os Ilongots lhe dissera que ele havia entendido errado, e que a proibição da “caça de cabeças” inviabilizou tal prática, que era a forma de lidar com o luto que o pai teria, enquanto a religião poderia ser um caminho de alívio da dor⁶⁵.

Esse é um movimento recorrente na escrita de Rosaldo: a mobilização de suas experiências somadas com as experiências de seus interlocutores, sejam Ilongots, sejam pessoas próximas ao seu cotidiano, como família ou colegas de trabalho. A elaboração de representações etnográficas que leve em consideração os próprios termos dos “objetos” da pesquisa é uma das principais bandeiras do trabalho de Rosaldo; porém, não seria possível pensar numa etnografia que leve em consideração a autorrepresentação somadas as representações que o outro tem de si mesmo e do próprio etnógrafo sem que haja um movimento de experimentação da escrita.

Para essa questão, um artigo de Rosaldo muito interessante é “*Where the objectivity lies. The rhetoric of anthropology*”, escrito em 1987 para o livro “*The Rhetoric of the Human Sciences*”, uma coletânea de artigos que discutem as formas de retórica presentes em diversos campos disciplinares.

Rosaldo inicia o texto contando uma anedota: certo dia, ele estava de carro com um físico, e durante a conversa, ele fora questionado pelo colega o que os antropólogos já haviam descoberto. A estratégia de utilizar uma “imagem” do cotidiano para iniciar um argumento é frequente na escrita de Rosaldo, apesar de não ser uma característica exclusiva de sua obra. A questão é que sempre há a mobilização dos acontecimentos de sua própria vida que podem ser colocados enquanto momentos de *insight*, antropológico ou não.

E, na verdade, quem nunca se deparou com um momento assim? Um exemplo próximo a mim e aos prováveis leitores desse texto é sobre o espaço acadêmico: quando você começa a perceber aspectos do mundo não relacionado diretamente com a esfera intelectual

⁶⁵ *Ibid.*, p. 169

que dialogam com teorias e categorias das ciências, sejam elas humanas, exatas ou biológicas. Nos meus anos de graduação, a cada novo conceito ou categoria que eu tinha contato, me vi por vezes analisando certos momentos da vida cotidiana a partir dessas abstrações conceituais. Um bom exemplo é quando vemos filmes estadunidenses e logo pensamos sobre a categoria de orientalismo do Said. Agimos, pensamos e produzimos a partir das trocas e interpenetrações culturais a que estamos sujeitos a todo o momento.

Mas voltando ao texto. Ao questionamento do físico, Rosaldo lhe respondera que a antropologia sabia era reconhecer boas descrições culturais. Entretanto, essa capacidade não está caminhando com o estudo retórico de como tais descrições são feitas, principalmente as etnografias clássicas⁶⁶.

Para Rosaldo, antropólogos tendem a produzir descrições que aproximem o outro, mas que ao mesmo tempo deixe evidente as diferenças culturais entre “nós” e “eles”, a ponto dos sujeitos dessas outras culturas serem desumanizados na escrita antropológica. Assim, ele sugere um experimento narrativo: se as descrições culturais que os antropólogos fazem sobre seus objetos de estudo forem aplicadas a nós mesmos, quão válidas elas seriam?

A possibilidade de estabelecer uma análise retórica da antropologia a partir de uma reflexão crítica e de percepções recíprocas, isto é, entre pesquisador e “pesquisado”, garantiria um potencial dialógico, segundo Rosaldo. A resposta de Americo Paredes às representações etnográficas dos *Chicanos* é lembrada por Rosaldo. Paredes sugere que as pessoas que são estudadas geralmente acham as descrições culturais sobre eles mais paródicas do que esclarecedoras:

His critique of the somewhat unreal picture put forth in ethnographies about Chicanos continues with a stunning item-by-item enumeration of such errors as mistranslations, taking jokes seriously, missing double meanings, and accepting as the literal truth an apocryphal story about brutal initiation rites in young gangs. (ROSALDO, 1987, p.92)

Partindo desse exemplo, Rosaldo defende que a antropologia poderia encontrar formas de representação que consiga distinguir os detalhes da vida cotidiana, como a diferença entre discursos sérios e piadas. Mais do que isso, é necessário aceitar as críticas dos sujeitos que se está estudando da mesma forma em que são aceitas as críticas de pares intelectuais da academia⁶⁷.

Assim, Rosaldo analisa as formas retóricas com as quais a antropologia constrói descrições sobre a morte e o luto em diferentes sociedades. O discurso etnográfico produz, de acordo com sua análise, ceticismo em relação ao luto, a partir do momento em que utilizam

⁶⁶ ROSALDO, 1987, p. 88.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 93

formas padronizadas de descrição e não consideram os detalhes, as minúcias que envolvem a maneira com a qual diferentes culturas lidam com a perda de alguém. Essas descrições são problemáticas na medida em que deixam de perceber o quanto as normas sociais podem ser utilizadas enquanto imposição social e ao mesmo tempo enquanto uma forma espontânea para os sujeitos expressarem seus sentimentos.

A sugestão de Rosaldo é que sejam estimuladas formas de escritas que partam de outras formas retóricas. Dois caminhos são possíveis para a escrita etnográfica; o primeiro seria a de uma elaboração retórica mais pessoal, particularizada, que pode oferecer outro rumo para representar outras formas de vida. Apesar dessas formas já existirem na etnografia, elas estariam relegadas para as partes marginalizadas do texto, como notas de rodapé, prefácios, introduções, entre outros. Já um segundo caminho estaria na direção de um discurso mais oblíquo, descentralizado e satírico, que poderia fornecer abordagens múltiplas sobre os indivíduos⁶⁸.

Aqui, mais uma vez Rosaldo relata uma experiência pessoal enquanto um insight para o projeto da escrita antropológica. Ao elaborar uma pequena análise etnográfica sobre o funcionamento do café da manhã na casa de seus futuros sogros:

I started to turn the daily Family breakfast into a ritual described in normalizing ethnographic discourse. The morning of our departure I began telling, with feelings mixed between malice and tenderness, my in-laws-to-be the ethnography of their family breakfast while we all were still eating. (ROSALDO, 1987, p. 103).

Após sua breve explanação antropológica sobre o café da manhã, seus objetos de análise, a família que estava presente no café da manhã, encararam a descrição como uma forma bem-humorada de enxergar a situação. As categorias que Rosaldo utilizara, tal como a patriarca que prepara os ovos para todos os que estavam ali presente, os filhos que sempre elogiam o preparo do pai, tornaram o evento, ao ser descrito, como uma situação genérica e numa caricatura uma hierarquia que fora estabelecida através da convivência familiar durante gerações⁶⁹.

Assim, Rosaldo pontua que seu *insight* fora de se questionar porque quando etnógrafos aplicam as descrições que utilizam em suas etnografias, em análises de situações de nossa vida, ou seja, de sujeitos ocidentais, porque elas parecem paródicas. Seria um paradoxo

⁶⁸ *Ibid*, P. 101

⁶⁹ *Ibid*, p. 104

apontado por Rosaldo o fato de que um tipo de retórica possa ser considerado “paródico” ou “sério” dependendo se ela é aplicada a Nós ou ao Outro [“*Self or to Other*”]⁷⁰.

O distanciamento que as descrições fazem das culturas produzem um discurso distanciado, com a intenção de descrever com o máximo de objetividade as diferentes formas de vida. Para Rosaldo, o uso do *present tense* na escrita etnográfica e as generalizações perpetuam uma retórica objetiva que cristalizam as culturas como se elas fossem imutáveis, como se a qualquer momento alguém pudesse ler uma etnografia, levá-la para o grupo e observar as pessoas agindo tal qual a descrição do etnógrafo. Um caminho alternativo poderia fazer o uso dos tempos verbais do passado, que poderiam deixar claro para o leitor que existem as particularidades das situações, principalmente do luto, que é abordado de uma forma muito simplista pelas descrições culturais dos antropólogos.

O ensaio de Rosaldo presente em *A escrita da cultura* apresenta uma perspectiva muito clara das concepções do antropólogo sobre a retórica da etnografia. Através de uma comparação entre um texto histórico-antropológico, a obra *Montaillou* de Emmanuel Le Roy Ladurie, e um texto etnográfico, *Os Nuer* de E.E. Evans-Pritchard, Rosaldo identifica modos da autoridade e da representação etnográfica que colocariam o cientista numa posição de inquisidor.

Primeiro, Rosaldo esboça uma crítica daquilo que considera o anacronismo na obra de Le Roy Ladurie; com a finalidade de fornecer uma descrição ecológica e social de uma aldeia camponesa da França do século XIV, o historiador mobiliza como suas fontes depoimentos dos camponeses concedidos à Inquisição. A pretensa aproximação de Ladurie com os personagens históricos faz com que sua obra seja perpassada por anacronismos, na medida em que as condições de produção daquelas fontes são retiradas de seu contexto, logo o “registro inquisitorial [é representado] como se fosse um relato etnográfico neutro”⁷¹.

Para legitimar sua autoridade, Ladurie utiliza estratégias retóricas, como o discurso livre direto, em que cita os documentos como se fossem as falas dos personagens históricos, e utiliza formas de realismo literário, ao realizar intensas descrições do cotidiano camponês. O que é característico da obra, segundo Rosaldo, é sua representação da cultura camponesa medieval como imutável, parada no tempo, podendo ser percebida numa história de longa duração. Aliás, Ladurie fazia parte dos *Annales* e estava dialogando com o estruturalismo da

⁷⁰ *Ibid*, p. 105

⁷¹ ROSALDO, 2016, p. 131

antropologia, provando que também a história tem ferramentas de análise das estruturas sociais⁷².

Ao retirar as fontes de seus contextos de produção, Rosaldo indica o distanciamento do pesquisador em relação às políticas de dominação, que ultrapassam indiscutivelmente seu trabalho e suas fontes. O mesmo acontece com a obra de E.E. Evans-Pritchard, e Rosaldo indica que uma estratégia muito comum dos etnógrafos é abordar a problemática das políticas de dominação e poder somente na introdução dos trabalhos, deixando-a de lado em todo o resto da elaboração teórica e factual:

Tanto *Os Nuer* quanto *Montaillou* começam com introduções que revelam os estreitos vínculos dos pesquisadores com contextos de dominação e que tentam, ao mesmo tempo, negar as conexões entre poder e conhecimento. Seu projeto de abertura, em última instância pouco convincente, é isolar a pureza de seus dados (“Meu estudo sobre os Nuer” e “o testemunho direto dos próprios camponeses”) dos contextos contaminadores nos quais foram obtidos. (ROSALDO, 2016, p. 139)

Ao fazerem descrições normalizantes e distanciadas, tanto o etnógrafo quanto o historiador retiram a individualidade de seus objetos de estudo, a partir de estratégias de escrita como tratar todos como “Nuer” ou pelo pronome masculino. Esse afastamento estaria ligado com a própria situação de dominação colonial que atravessa a prática antropológica? Segundo Rosaldo, sim. Desconsiderar a posição dos sujeitos, tanto do etnógrafo, quanto do outro, reforça ainda mais uma situação de poder, que é disfarça dentro de um sistema de fazer científico neutro e descompromissado.

As próprias conclusões dos pesquisadores indicam um consentimento, ainda que inconsciente, com práticas coloniais. A própria ausência de tal debate ao longo das obras é um indício, mas também as considerações sobre os camponeses ou os nuers a partir de ausências dessas sociedades do que de presenças; Evans-Pritchard, por exemplo, toma os nuer como se eles carecessem “das instituições óbvias da ordem política (aos olhos ocidentais). Não têm classes sociais, Estado, lei ou liderança”⁷³.

A observação afastada de Evans-Pritchard na pesquisa de campo, em que ele próprio descreve como da porta da sua tenda ficara a observar os nuer; ele, o etnógrafo, tomando notas enquanto os objetos de estudo vivem. Rosaldo nos lembra que essa cena se parece muito com a descrição do Panóptico de Foucault, “o lugar a partir do qual as disciplinas (disciplinadoras) se deleitam em olhar para seus sujeitos (e em sujeitá-los)”⁷⁴.

⁷² *Ibid.*, p. 132

⁷³ *Ibid.*, p. 147

⁷⁴ *Ibid.*, p. 144

As configurações de poder que atravessam a representação etnográfica são, assim, temas recorrentes da obra de Rosaldo. Segundo o antropólogo, o estilo das etnografias clássicas suporta sistemas do poder colonial, na medida em que considera os modelos culturais como fechados e autocontidos, como um caleidoscópio⁷⁵. Tais análises ignorariam as minúcias e as diferenças culturais que perpassam a existência humana, em prol de uma representação cultural rígida e estática.

Tal percepção clássica, que consideraria os modelos culturais únicos, apesar de ter sido de grande relevância para a antropologia, Rosaldo identifica nela algumas limitações, na medida em que não confere tanta atenção às mudanças e inconsistências, aos conflitos e contradições; considerar a cultura enquanto um conjunto de significados compartilhados limita as possibilidades da própria análise cultural, tanto dentro de uma cultura como entre culturas diferentes⁷⁶.

Em *Cultura y Verdad*, Rosaldo escreve o mito do “Etnógrafo Solitário” para especificar melhor como se deu o nascimento da etnografia na sua forma clássica. Em tom de ironia evidente, ele descreve como seria uma pesquisa de campo feita de uma forma distanciada e fria, que faria sua descrição cultural após recolher as informações pertinentes junto aos nativos. Para Rosaldo,

La máscara de inocencia del Etnógrafo Solitario (o como él mismo dice, su “imparcialidade desinteresada”) apenas ocultaba su función ideológica, en la perpetuación del control colonial de pueblos y lugares “distantes”. Sus escritos representaban los objetos humanos de la empresa global de la misión civilizadora, como si fueran recipientes ideales del bagaje del hombre blanco. (ROSALDO, 2000, p. 51-52).

O legado do etnógrafo solitário seria a cumplicidade com o imperialismo, o compromisso com o objetivismo e a crença no monumentalismo. Rosaldo identifica entre os anos 1921-1971 um predomínio da ideia objetivista na antropologia, que interpreta as culturas como modelos fixos de padrões culturais. Já o monumentalismo estaria diretamente relacionado com os outros dois, pois ele seria um tipo de canonização das obras etnográficas clássicas enquanto modelos seguros e exemplos de retórica da construção de descrições culturais.

Mas um questionamento dessas normas clássicas se deu a partir do anos 1960, quando movimentos políticos pós-coloniais colocaram suas pautas em discussão no ambiente

⁷⁵ ROSALDO, 2000, p. 49

⁷⁶ *Id. Ibid.*

intelectual. Segundo Rosaldo, as universidades americanas foram tomadas por discussões acaloradas, a pesquisa antropológica foi considerada suspeita pelos grupos insurgentes tanto no Chile como na Tailândia, e cada vez mais os nativos acusavam os antropólogos de perpetuação de estereótipos e de que seus estudos não lhes eram úteis na luta contra a opressão⁷⁷.

Dessa forma, as mudanças no pensamento social estão em estreita ligação com a convivência de diferenças que é inerente aos grandes centros urbanos. As fronteiras culturais se expandiram, e o próprio Rosaldo na sua narrativa pontua o fato de ser descendente de mexicano nos Estados Unidos, e como a participação no movimento *chicano* o fez compreender a necessidade de dar atenção às particularidades dos grupos sociais subordinados.

Esse também é um ponto crucial da biografia de Rosaldo que cruza sua perspectiva teórica. Na entrevista com Montezemolo, quando questionado sobre a importância da sua herança mexicana no trajeto intelectual, Rosaldo é enfático:

Así es que, si hago una crítica de la antropología desde la perspectiva de los chicanos es como chicano y nada más ¿no?. Y diría que eso que digo en *Culture and Truth* de que hay que hacer un diálogo entre los antropólogos y los chicanos, entre antropólogos y nativos, entre los antropólogos y los sujetos del análisis, lo digo por mi experiencia, ¿no?. Creo que los objetos del análisis de nosotros también son sujetos que tienen un análisis de su vida, de su mundo y tenemos que pensar que ellos pueden criticar la obra y el análisis de nosotros. Entre las primeras cosas que hice, lo hice con los chicanos en mente. (MONTEZEMOLO, 2003, p. 334)

Tendo em mente sua posição na sociedade americana, enquanto descendente de mexicano, Rosaldo mobiliza mais uma vez a sua experiência subjetiva para lidar com questões da ordem acadêmica. Ora, uma não está dissociada da outra de forma alguma, por mais que tentemos nos distanciar de nossos objetos de estudo, não existe maneira de desconectar experiência pessoal do exercício profissional, apesar de ser comum o jargão de que não devemos misturar “assuntos de casa com assuntos do trabalho”.

Com a nova agenda pós-colonial, a representação cultural se colocou não só como um problema narrativo que deveria ser resolvido através de experimentações, mas também surgiram problemas éticos e conceituais que estão inter-relacionados⁷⁸:

⁷⁷ *Ibid.*, p. 56

⁷⁸ *Ibid.*, p. 58

La dificultades que surgen al intentar utilizar formas etnográficas clásicas para nuevos programas de investigación crean problemas conceptuales, que a su vez, requieren una ampliación de los modos de composición etnográfica. El “momento experimental” de la etnografía y la reconstrucción del análisis social están íntimamente relacionados. El análisis social ha buscado nuevas formas de escritura, porque ha cambiado sus temáticas principales y lo que tiene que decir acerca de ellas. (ROSALDO, 2000, p. 59)

Portanto, o desafio mais evidente da análise social seria o de investigar seus sujeitos a partir de diferentes posições, sempre levando em conta sua posição social. Diferentemente do que Rosaldo chama de uma tradição weberiana nas ciências sociais, que traduz como objetividade a falta de compromisso emocional, distância cognitiva e indiferença moral perante seus objetos de estudo⁷⁹.

O aspecto sentimental do processo de uma pesquisa de campo, da escrita de um trabalho etnográfico, segundo Rosaldo, se abordado pelo cientista, pode esclarecer alguns aspectos das relações de poder que envolvem a prática antropológica. O reconhecimento das dificuldades como forma potencial de elaboração de conhecimento geralmente é deixado de lado, justamente por uma ética weberiana que coloca o pesquisador emocionalmente afastado nas narrativas etnográficas, pois não haveria conhecimento científico que levasse em consideração as subjetividades, mesmo sabendo que no cotidiano de uma pesquisa as relações entre os seres humano produzem e são frutos de complexidades culturais e sociais. Para Rosaldo, “los limites del análisis merman la descripción de las dificultades prácticas de hacer análisis narrativos reflexivos que, simultaneamente, intenta abarcar los procesos de transición, la dinámica del poder y el funcionamiento de la cultura”⁸⁰.

Assim, haveria uma postura ética na tentativa de incluir nas análises culturais as perspectivas daqueles que estão diretamente envolvidos no processo social. Rosaldo exemplifica seu argumento ao falar sobre intelectuais pós-coloniais, com Frantz Fanon, que fez a crítica ao racismo sua principal agenda política e intelectual, e que continua reverberando até os dias de hoje. A análise social tem muito a ganhar com as avaliações que os oprimidos têm de sua própria opressão, do sistema. Segundo Rosaldo, os dominados geralmente entendem melhor os dominantes, do que o contrário, e isso se dá pela convivência diária com a opressão⁸¹.

Para Rosaldo, a crítica do conhecimento supostamente neutro dos cientistas sociais não implica numa defesa do subjetivismo ou do relativismo. No Epílogo de *Cultura y Verdad*, ele discute as disputas que ocorrem no meio acadêmico sobre as novas agendas dos

⁷⁹ *Ibid.*, p. 196

⁸⁰ *Ibid.*, p. 201

⁸¹ *Ibid.*, p. 215

estudos culturais, e como algumas questões são fundamentais para a formação dos alunos para o século XXI – “¿como podemos preparar a los estudiantes para entrar en el cambiante mundo multicultural del siglo venidero?”⁸². Dentro de enormes fragmentações teóricas e metodológicas que regem a produção do conhecimento, Rosaldo assinala que quando as sociedades estão em disputa, é praticamente impossível não tomar um partido. E isso se reflete diretamente nas escolhas feitas para conduzir os estudos científicos, pois tais escolhas são sempre políticas e éticas.

Em 2019 existem agendas educacionais no Brasil, por exemplo, que defendem a ausência de ideologia no ensino – uma volta ao distanciamento frio? – como se a própria proposta não estivesse carregada de aspectos ideológicos. Aspectos esses que dialogam com a hegemonia da visão ocidental sobre o Outro, em que a diferença é vista como um problema a ser resolvido. Mas nos termos de ação da política brasileira, essa resolução vai para além do discurso; ela se materializa em intervenções militares, em supressão dos direitos das comunidades nativas, em degradações ambientais levadas a cabo por empresas privadas multinacionais, em ameaças e assassinatos de figuras políticas que, não coincidentemente, eram aquelas que prestavam um serviço essencial à democratização do acesso das populações subordinadas ao espaço político e público. A batalha ainda é grande, e o discurso é apenas um dos âmbitos da miríade de complexidades que atravessam a cultura.

Se faz necessário pensar sobre as múltiplas perspectivas que atravessam o trabalho científico das Humanidades. A obra de Renato Rosaldo pode nos indicar caminhos interessantes, e dúvidas sobre as quais ainda temos muito que debater para poder chegar na melhor forma de produzir representações sobre o outro.

⁸² *Ibid.*, p. 245

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minha breve exposição sobre os dilemas teóricos das Humanidades a partir da virada linguística teve como intenção fazer um levantamento de questões e de possibilidades de rumos para a escrita de nossos textos. Mobilizei a obra de Rosaldo como um indicativo de soluções contemporâneas para um problema tão contemporâneo como é esse que costumamos chamar de “pós-modernidade”. Se já entendemos como a modernidade atua sobre nossas culturas, em quais culturais ela compartilhou dinâmicas e transformações, a pós-modernidade nos lança desafios, que em sua maioria estão articulados com a disseminação das tecnologias digitais e cibernéticas.

Talvez a própria crise nas ciências humanas tenha se constituído a partir dessas mudanças, que em meados do século XX estavam caminhando a passos largos, principalmente com o advento das guerras mundiais, que provaram a capacidade do homem de investigar na ciência em favor de seus interesses políticos, econômicos e sociais.

A crise de representação e o questionamento da capacidade do ocidente em falar por sujeitos marginalizados convocou um difícil exercício de autocrítica tanto para a História, que esteve desde sua instituição enquanto ciência ligada com a formação dos Estados modernos, quanto para a Antropologia, que viria a ter sua ligação estreita com as formas do colonialismo. Abrir mão de suas sólidas bases, essas que foram construídas ao longo de anos, foi estremeecedor para as Humanidades, mas ao mesmo tempo fora um enorme impulso para a criatividade.

Intelectuais se comprometeram a dialogar com as demais disciplinas, e principalmente com as ciências sociais, para pensar e construir ferramentas que dessem conta das necessidades contemporâneas das ciências humanas. Na esteira do trabalho de Hayden White, do lado da História, e no rastro da obra de Clifford Geertz, do lado da Antropologia, os conceitos foram se inter cruzando, e os profissionais das respectivas disciplinas foram atrás de respostas, mas nunca de um consenso. É do questionamento que produzimos nossas respostas e também mais dúvidas.

O antropólogo Renato Rosaldo faz parte dessa categoria de intelectuais que colocaram como causa científica a investigação dos limites da representação das ciências humanas. Ao lidar com sua experiência do luto, a perda devastadora de sua esposa Michelle Rosaldo, o antropólogo passou por um processo de reflexão sobre si e sobre o outro. Estava implicado diretamente nesse processo o seu trabalho enquanto antropólogo. O ofício de escrever sobre o outro fora repensado a partir do momento em que ele precisou escrever sobre si mesmo.

As implicações de repensar as formas de lidar com as experiências de culturas diferentes, e até mesmo daqueles que compartilham da nossa cultura, foram cruciais para o trabalho de Rosaldo. Primeiro, ele chama nossa atenção para o fato de não existirem culturas fechadas, e o fato de que existe uma ausência na antropologia de estudos que considerem as intersecções, as “zonas limítrofes” culturais, e não apenas as considerem sistemas fechados.

Segundo, representar de outras formas os sujeitos necessita de uma experimentação na escrita, em que formas retóricas do discurso etnográfico deixe de fornecer descrições normalizantes, e passe a utilizar estilos de escrita mais pessoalizada, mais comprometidas com uma força cultural das emoções e com o esclarecimento da posição do pesquisador e dos sujeitos que estão sendo objeto de análise, pois elas determinam o curso da pesquisa e o seu resultado final. Rosaldo não nos deixa esquecer que produção de conhecimento é política.

Dessa forma, se constitui uma oportuna ferramenta de análise a categoria de *ensaísmo autobiográfico*. Pegar emprestado da teoria literária o instrumental que ela utiliza para falar sobre seus produtos literários é indispensável se queremos analisar os textos científicos pelo que eles são: literatura. Lembrando que longe de implicar uma falta de compromisso com a verdade e com a ética científica, mas não considerar o suporte pelo qual disseminamos nossas pesquisas se torna infrutífero para as questões que nos são colocadas até hoje por uma virada linguística, ou por uma atenção aos discursos, que tanto vêm sendo debatidos nos dias atuais.

A possibilidade de elaborar uma escrita fluida, que atenda às demandas do etnógrafo, no caso de Rosaldo, e dos sujeitos envolvidos, parece dialogar muito com as perspectivas de uma escrita ensaística. Rosaldo se utiliza abertamente de metáforas, de imagens do cotidiano, anedotas, por exemplo, para a formação de suas descrições e teorizações. Se essas tentativas são efetivas, acredito que seja preciso de uma análise mais profunda; mas acredito que optar por um experimento abre precedentes para que melhorias sejam feitas na nossa forma de agir perante a diferença e como falar sobre a diferença. É urgente que cientistas sociais se coloquem esse desafio, num momento em que vivemos o questionamento dos direitos de seres humanos que não se encaixam na dinâmica ocidental. No Brasil, esse debate é essencial.

E através de quais meios podemos empreender essa experimentação? Para Rosaldo, parece que o caminho se confundiu com sua vida pessoal. A escrita autobiográfica se tornou um ponto chave do seu discurso etnográfico, a partir do momento em que a inconformidade com as representações do luto pelos etnógrafos o fez repensar como as descrições culturais carecem da voz dos sujeitos que vivem o cotidiano de seus sistemas de cultura. Como aponta Klinger, “a ideia da vida como devir e transformação é característica do *Bildungsroman*, mas

também de todo relato autobiográfico, que sempre pressupõe uma mudança interna do narrador”⁸³.

Uma avaliação de si, dos processos pelos quais passamos enquanto seres humanos, pode fazer as humanidades perceberem o quanto seu trabalho está mais próximo de nossa vida particular do que imaginamos. Certa vez, numa sessão de terapia, fui indagada sobre meus motivos por ter escolhido cursar História. Tive dificuldades para fazer uma rememoração que respondesse uma pergunta que, apesar de parecer simples, carrega inúmeras nuances da minha vida e da cultura em que vivo. Repensar o porquê de estarmos construindo conhecimento sobre seres humanos – seja ele histórico, antropológico, ou os dois – pode passar por um próprio entendimento do que somos enquanto indivíduos e da nossa relação com o outro, para que esse conhecimento possa ser efetivamente mais horizontal e justo.

Gostaria de finalizar citando um dos poemas de Rosaldo que fazem parte da coletânea que ele escrevera sobre a morte da sua esposa. Levantando a bandeira de uma “*anthropoetry*”⁸⁴, Rosaldo representa na poesia o que não fora suficiente na contingência de uma obra acadêmica. Apesar de não ter sido analisada aqui, o que pretendo fazer posteriormente, um diálogo com a poesia – que na História existe desde que ela se constituía - pode ser frutífero para as experimentações das ciências humanas. O limiar entre o fato e a ficção pode ser uma zona interessante de posicionamento de si e do outro:

Father Joe

I'm Bontoc, raised
to grow rice, not to serve
as a Catholic priest.
I know tribal wisdom,
the cruelty of lowlanders.
I walk the villages weeks on end,
my skin purple with trekking.
I insist on social justice.
Its absence corrodes.

I know Renato and Shelly.
They're progressive.
Faith in the people
makes critical anthropology
like my liberation theology.

⁸³ KLINGER, 2012, p. 15

⁸⁴ Na definição de Rosaldo (2014, p. 101), a *anthropoetry* seria “[...] poetry that situates itself in a social and cultural world; poetry that is centrally about the human condition”.

I ache with Shelly's death,
barely knew her,
but the loss is bitter.

I drive Renato and his sons
the eight hours to Baguio City.
When we stop for lunch in Aritao
I tell people there
Renato's wife died yesterday.
An old man touches
his chest, gasps in English, *Condolences*.
A silly Ilocana says sexy man
and asks me if the American wants
a *yaya* to care for his sons.

Renato asks what there is to say.
No words, I say, no words.

(ROSALDO, 2014, p. 89)

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Notas de Literatura I**. Tradução e apresentação de Jorge M. B. De Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003 [1978].
- ANKERSMIT, Frank R. Historicismo, pós-modernismo e historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.
- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Tradução: Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010 [2002].
- BARTHES, Roland. “Durante muito tempo, fui dormir cedo”. In: **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2ª ed., 2004.
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-114, jul. 1994. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1973/74393>>. Acesso em 13 Jan. 2019.
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008 [1994].
- _____. e MARCUS, George E.(orgs). **A escrita da cultura: poética e política da etnografia**. Tradução: Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: EdUERJ, Papéis Selvagens Edições, 2016 [1986].
- DAVIS, Natalie Zemon. Antropologia e História nos anos 1980. In: NOVAIS, Fernando A. e SILVA, Rogério F. (orgs.). **Nova História em perspectiva**. Volume 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. In: NOVAIS, Fernando A. e SILVA, Rogério F. (orgs.). **Nova História em perspectiva**. Volume 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição** – pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Ed. Papiros, Campinas, 1998.
- HARTOG, François. Aristóteles e a história, mais uma vez. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 13, p. 14-23, dez. 2013. DOI: 10.15848/hh.v0i13.716
Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/716>>. Acesso em 13 jan. 2019
- KLINGER, Diana. **Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LACAPRA, Dominick. **Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language**. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

_____. **Retórica e História**. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 6, n. 1, jan.-jun., 2013. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.22228/rt-f.v6i1.194>>. Acesso em 19 jan. 2019.

_____. **O queijo e os vermes: o cosmo de um historiador do século XX**. Topoi. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 293-312, jan./jun. 2015. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X016030011> >. Acesso em 20 jan 2019.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LUKÁCS, Georg. **A alma e as formas**. Tradução: Rainer Patriota. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017

MALERBA, Jurandir. O que narram os historiadores? Para uma genealogia da questão narrativa em história. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 399-418, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X017033004>>. Acesso em 20 jan 2019.

MELLO, Ricardo Marques de. Hayden White. In: PARADA, Maurício (org.). **Os historiadores: clássicos da História, vol. 3**. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2014, p. 178-201.

MOMIGLIANO, Arnaldo. História Antiga e o antiquário. Trad Pedro Telles da Silveira. **Anos 90**, Porto Alegre, 21, 39, 2014.

MONTEZEMOLO, F.. Conversando con Renato Rosaldo. **Revista de Antropología Social**, Norteamérica, Vol 12, 12 jan. 2003. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/RASO/article/view/RASO0303110321A>>. Acesso em 27 jan. 2019.

OLIVA, Alfredo dos Santos; MENEZES, Jonathan. A trajetória intelectual de Frank Ankersmit. **Antíteses**. Londrina, v. 6, n. 12, p. 468-488, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5433/1984-3356.2013v6n12p468>> . Acessado em 28 jan.2019.

PEIRANO, Mariza G. S.. Onde está a antropologia?. **Mana** [online]. 1997, vol.3, n.2, pp. 67-102. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131997000200003>> Acesso em 26 jan. 2019.

PEIXOTO, Fernanda A.; PONTES, Heloisa; SCHWARCZ, Lilia M. (orgs). **Antropologias, histórias, experiências**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

REED-DANAHAY, Deborah. Anthropologists, Education, and Autoethnography, **Reviews in Anthropology**, 38:1, pp. 28-47, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00938150802672931>. Acesso em 20 jan. 2019.

RODRIGUES, Henrique Estrada. Lévi-Strauss, Braudel e o tempo dos historiadores. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 29, n. 57, p. 165-186, Jun. 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882009000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 Jan. 2019.

RABINOW, Paul. As representações são fatos sociais: modernidade e pós-modernidade na antropologia. In: CLIFFORD, J.; MARCUS, George E.(orgs). **A escrita da cultura: poética e política da etnografia**. Tradução: Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: EdUERJ, Papéis Selvagens Edições, 2016 [1986].

ROSALDO, Renato. Where the objectivity lies. The rhetoric of anthropology. In: NELSON, John S.; MEGILL, Allan; MCCLOSKEY, Donald N (ed). **The Rhetoric of the human sciences: language and argument in scholarship and public affair**. Madison: University of Wisconsin Press, c1987

_____. Introduction: Grief and a Headhunter's Rage. **Culture and Truth: The Remaking of Social Analysis**. 1989. Boston: Beacon Press, 1993, p. 167-178.

_____. **Cultura y verdade**. La reconstrucción del análisis social. Quito: Ediciones ABYA-YALA, 2000 [1989].

_____. **The day of Shelly's death: the poetry and ethnography of grief**. Durham: Duke University Press, 2014.

_____. Da porta de sua tenda: o etnógrafo e o inquisidor. In: CLIFFORD, J.; MARCUS, George E.(orgs). **A escrita da cultura: poética e política da etnografia**. Tradução: Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: EdUERJ, Papéis Selvagens Edições, 2016 [1986].

STIERLE, Karlheinz. **A Ficção**. Rio de Janeiro: Caetes, 2006. 91p. (Novos Cadernos do mestrado).

WHITE, Hayden. **El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica**. Barcelona: Paidós, 1992 [1987].

_____. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994a [1978].

_____. Teoria literária e escrita da história. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 21-48, jul. 1994b. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1978>>. Acesso em 15 Jan. 2019.

_____. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995 [1973].